

PSICO
LOGIA

Ciência e Prática

Diálogos

Ano 14 - Nº9 - Dezembro de 2018



Psicologia do Esporte
O corpo em movimento



Setor de Administração Federal

Sul (SAF/Sul), Quadra 2, Lote 2,
Edifício Via Office, sala 104,
CEP 70.070-600 - Brasília/DF

Versão online no site: www.cfp.org.br

Distribuição gratuita às (aos) Psicólogas (os)
inscritas (os) nos Conselhos Regionais de Psicologia

Sumário

Expediente.....	4
Editorial	5
Entrevista.....	6
Cristiano Barreira	
Curtas	14
Artigo.....	16
Fábio Silvestre da Silva	
Artigo	21
Victor Cavallari e Ricardo Picoli	
Artigo.....	26
Alexandre Romano	
Reportagem	30
Relações Raciais - O racismo continua em campo	
Capa.....	34
Direitos Humanos - Muito além do corpo	
Reportagem	38
Avaliação psicológica - Instrumento a serviço do atleta	
Reportagem	42
Universidade - Tornar-se profissional da Psicologia do Esporte	
Depoimento.....	46
No combate, com espaço para o afeto	
Reportagem	48
Futebol, uma paixão avassaladora	
Resenha.....	52
"Psicologia do Esporte: teoria e prática", de Katia Rubio - Por Maurício Marques	
Cinema.....	54
Heleno, o príncipe maldito - Por Rita Almeida	
Reportagem	56
Gênero - A bola fora da discriminação	
Artigo.....	62
Erika Hofling Epiphanio	
Artigo.....	68
Katia Rubio	



Expediente

Editora Responsável

Iolete Ribeiro da Silva

Comissão Editorial Nacional

Andréa Esmeraldo Câmara
Elisa Zaneratto Rosa
Regina Lúcia Sucupira Pedroza
Sandra Elena Spósito
Ricardo Moretzon
Rosane Lorena Granzotto

Comissão Editorial Regional

Adriana de Andrade Gaião e Barbosa (CRP-13)
Alba Cristhiane Santana da Mata (CRP-09)
Alcindo José Rosa (CRP-18)
Beatriz Xavier Flandoli (CRP-14)
Cíntia Gallo (CRP-17)
Cláudia Natividade (CRP-04)
Darlane Silva Vieira Andrade (CRP-03)
Denise Socorro Rodrigues Figueiredo (CRP-20)
Diego Mendonça Viana (CRP-11)

Eleonora Vaccarezza Santos de Freitas (CRP-19)
Ivani Francisco de Oliveira (CRP-06)
Felipe de Paula Simões (CRP-05)
José Augusto Santos Ribeiro (CRP-21)
Marina Saraiva (CRP-01)
Ricardo de Oliveira Furtado (CRP-23)
Roseli Goffman (CRP-05)
Sandra Cristine Machado Mosello (CRP-08)
Severino Ramos Lima de Souza (CRP-02)
Shirley de Sousa Silva Simeão (CRP-13)
Zaíra Rafaela Lyra Mendonça (CRP-15)

Jornalista responsável

Adriana de Castro MTB 3.114/MG

Revisão

Luana Spinillo
Rodrigo Farhat

Projeto Gráfico

Movimento Comunicação

Diagramação

Movimento Comunicação

Impressão

Quality Gráfica e Editora

Tiragem

255.000

Distribuição gratuita às (aos) Psicólogas (os) inscritas (os) nos Conselhos Regionais de Psicologia

Versão on-line no site

www.cfp.org.br

SAF SUL (Setor de Administração Federal Sul), Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, Térreo, Sala 104 - Brasília - DF - CEP: 70070-600 | (61) 2109-0100

Editorial

O Conselho Federal de Psicologia escolheu o tema da Psicologia do Esporte para este número da Revista Diálogos por entender a importância deste campo de atuação para a Psicologia e para a sociedade. O que é a Psicologia do Esporte? Que práticas profissionais são desenvolvidas nessa área de atuação? Quais são os contextos de atuação de um/a psicólogo/a do esporte? Qual é a função e o papel da Psicologia do Esporte? Que campos teóricos da psicologia contribuem para a psicologia do esporte? Quais são os usos da avaliação psicológica no contexto esportivo? Que desafios éticos e técnicos são enfrentados neste campo? Estas são algumas das questões abordadas ao longo dos artigos e reportagens apresentadas aqui.

O esporte é um bem cultural, um direito social e fator que contribui para o processo de desenvolvimento humano. Os estudos nesse campo demonstram a importância dos aspectos culturais locais tanto para a compreensão do sentido que as práticas esportivas possuem em um determinado contexto quanto para a construção da prática profissional. É preciso considerar que a construção do imaginário esportivo está ligada à comunicação de massa que exalta a importância da vitória e da competitividade, mas silencia em relação a outros valores vinculados à prática do esporte. O esporte possui uma função pedagógica e se constitui em um elemento integrador da mente e do corpo, que contribui para a saúde física e mental, colabora no processo de socialização, no desenvolvimento integral e na busca por saúde e qualidade de vida. Apesar da sua importância, dados oficiais sobre a prática esportiva no Brasil demonstram que o esporte ainda é privilégio de poucos. Para que o esporte se converta em um direito social serão necessários muitos investimentos, em especial para que mulheres, pessoas com deficiência e a população negra tenham mais acesso às práticas esportivas.

Esta edição da Revista Diálogos apresenta-se com informações relevantes sobre a trajetória de construção da Psicologia do Esporte desde os primórdios de sua inserção no

país até os dias atuais. A existência de uma associação profissional – a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (Abrapesp), de linhas de pesquisa em Programas de Pós-graduação, de grupos de pesquisa cadastrados do CNPq, a realização de congressos da Psicologia do Esporte, o crescente número de publicações e o reconhecimento da psicologia do esporte como uma das especialidades da Psicologia pelo Conselho Federal de Psicologia, demonstram a articulação dos profissionais que se dedicam a essa área e a força desse campo que deve cada vez mais ganhar espaço e reconhecimento dentro e fora da Psicologia. Destaca-se que neste percurso, as/os psicólogas/os do esporte têm ressaltado a importância de refletir sobre as questões éticas implicadas no exercício profissional articuladas a uma compreensão crítica da cultura desportiva, das especificidades de cada modalidade e das vivências próprias do campo esportivo.

Sobre os campos de atuação destaca-se a reflexão sobre a importância da inserção em projetos sociais, escolas e outras instituições, para além do trabalho juntos aos esportes de rendimento. A participação na construção de políticas públicas do esporte, na gestão de projetos sociais esportivos, a realização de processos de formação continuada, o acompanhamento de equipes, a participação junto a profissionais de diferentes áreas representam importantes desafios para as/os psicólogas/os.

A Psicologia do Esporte não pode ser apenas um saber acessório às práticas tradicionais do esporte. Além do grande interesse das/os psicólogas/os por conhecer a parte operacional, as técnicas e o modo de atuar dos profissionais da área, é imprescindível analisar criticamente sobre os contextos e sentidos da prática profissional e compreender as dimensões políticas, conceituais, metodológicas e técnicas da Psicologia do Esporte.

Convidamos você a desfrutar da leitura de textos publicados por psicólogas e psicólogos de todas as regiões do país que têm contribuído para a contínua construção da Psicologia do Esporte.

A portrait of Cristiano Barreira, a man with dark curly hair and a beard, wearing a blue plaid shirt. He is looking slightly to the right. The background is a blurred indoor sports facility with yellow and red elements.

"Há demanda pelo conhecimento psicológico no campo do esporte"

Psicologia do Esporte no Brasil: História, Desenvolvimento e Desafios

O presidente da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (Abrapesp), Cristiano Barreira, enfatiza a interdisciplinaridade e a inserção da(o) psicóloga(o) na área.

O presidente da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (Abrapesp) Cristiano Roque Antunes Barreira, é psicólogo formado na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP), com mestrado e doutorado obtidos na mesma Faculdade. Atualmente é diretor da Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). Em entrevista à Revista Diálogos, o professor enfatiza o caráter interdisciplinar das especialidades que se ocupam com as práticas corporais, ou seja, o esporte, como a Educação Física, a Fisioterapia e a Medicina. "Em meio a essa interdisciplinaridade existe uma demanda pelo conhecimento psicológico" enfatiza o professor. Cristiano Barreira relata que a(o) psicóloga(o) do Esporte atua principalmente em projetos sociais e, em esportes de alto rendimento, e é nas categorias de base onde acaba sendo mais aceito pelos

diferentes clubes. Apesar das origens da Psicologia do Esporte coincidirem com o início das Olimpíadas da era Moderna, no final do século XIX, até hoje a inserção da(o) psicóloga(o) neste campo enfrenta resistência, enfatiza Cristiano Barreira. Isto se dá nas categorias profissionais, no que diz respeito a questões político-institucionais e até de formação e cultura das(os) dirigentes e técnicas(os) e da compreensão que têm em relação ao que é a Psicologia do Esporte, à presença e ao trabalho da(o) psicóloga(o). "Quanto a este aspecto, muitas vezes, por ter uma compreensão estereotipada de psicologia como algo referente ao tratamento de psicopatologias, relacionada a condições de fragilidade, ocorriam posicionamentos mais preconceituosos. É uma questão cultural e de formação dos diversos profissionais do campo esportivo, o que vem mudando progressivamente", conclui.



Foto: Mariana Leal

Diálogos – Como surgiu a Psicologia do Esporte?

Cristiano Barreira - O campo da Psicologia do Esporte se confunde com a própria institucionalização do esporte moderno. Essa história não é tão longa como se imagina. É preciso pontuar que quando se pensa numa continuidade do esporte desde a Grécia antiga, esse pensamento é definido por uma concepção anacrônica de esporte. Primeiro, não há extensão temporal que evidencie uma continuidade histórica de práticas corporais que possamos chamar de esportivas. Na verdade, verifica-se a descontinuidade destas práticas corporais e uma retomada deliberada, simbolizada e materializada pelo projeto do barão francês Pierre de Coubertin (1863-1937), com a inauguração dos Jogos Olímpicos da era Moderna na última década do século XIX, em 1896. Trata-se, com efeito, de uma proposta política, de educação e conagração dos povos a partir de uma linguagem abrangente, não essencialmente verbal e integradora das diferentes dimensões humanas em seus esforços por desenvolver e comparar habilidades— esta seria a linguagem esportiva. Coubertin tem uma contribuição intensa nisso e, em grande medida, projeta internacionalmente e consolida o que já vinha se estabelecendo como esporte moderno na Inglaterra a partir destas práticas nos colleges da elite inglesa. A criação e o desenvolvimento do futebol e do rugby eram íntimos do propósito de fortalecer valores de liderança e de formação da elite inglesa. Isso se populariza, especialmente com o futebol, que chega ao Brasil pelos ferroviários.

Simbolicamente, essa chegada se dá com Charles Miller, que é um sujeito da elite que traz bola, uniformes e normas da modalidade. Esse é um pouco do contexto no qual germina o que veio a ser a Psicologia do Esporte, o que se deu a partir de curiosidades práticas e, como primeiro desdobramento científico, resultou na publicação, em 1898, do primeiro artigo na área. Ele se pautou em constatação feita pelo norte-americano Norman Triplett. A curiosidade dele era com relação aos ciclistas, que, quando pedalavam sozinhos, tinham certo desempenho e, quando pedalavam em grupo, ou em duplas, tinham desempenho superior. Ele fez levantamentos dos tempos e dos recordes. Por meio de experimentos, constatou que em situação competitiva na qual a disputa se dava com um adversário presente, o desempenho era melhor do que quando a pessoa atuava sozinha, ainda que procurando fazer seu melhor. Este primeiro trabalho simboliza a inauguração da Psicologia do Esporte e há este paralelo em que a primeira pesquisa científica é feita na mesma década da inauguração dos Jogos Olímpicos da Era Moderna e muito próximo temporalmente do estabelecimento dos primeiros laboratórios de Psicologia e do delineamento da Psicologia como ciência. É importante perceber que, neste momento, o esporte era amador e o amadorismo

continuou regra nos Jogos Olímpicos até os anos 1980, havendo a interdição de atletas profissionais nas disputas. A partir daí, ocorre a intensificação da profissionalização do esporte que, na prática, trouxe a mudança do esporte como fenômeno social, que passa a se ampliar enquanto fenômeno de mercado até se tornar um fenômeno de massa e de espetacularização, com injeção cada vez maior de capital e o interesse mercantil acaba transformando o próprio fenômeno esportivo.

Diálogos - O senso comum liga a Psicologia do Esporte ao desempenho de atletas profissionais. Quais outras aplicações deste campo?

Cristiano Barreira - A Psicologia do Esporte se ocupa virtualmente com tudo aquilo que diz respeito à cultura corporal de movimento. Ela contempla as práticas recreativas e de exercício, a iniciação esportiva e socioeducacional, e também a área da saúde, como no caso da promoção na saúde coletiva e na reabilitação, seja em questões de saúde de ordem mais física ou mental. Além do fato de a Psicologia do Esporte estar mais ou menos bem inserida em uma ou outra dessas áreas, ela tem sido aplicada no ambiente das modalidades esportivas virtuais, os e-games, nos quais, embora o corpo ceda espaço a um tipo de avatar digital, psicologicamente os jogadores são exigidos de modo bastante comparável ao dos atletas de modalidades convencionais.

No que diz respeito à formulação de políticas públicas, a participação de especialistas que enxergam problemas e propostas sob o prisma da Psicologia do Esporte tem trazido contribuições relevantes. Especialistas têm sido recrutados, por exemplo, para discutir problemas de mobilidade urbana. Para entender bem essa aplicação, às vezes muito específica, às vezes muito difusa da Psicologia do Esporte, é importante vê-la como uma das áreas que se ocupam com as práticas corporais e, emblematicamente, com o esporte, junto com outras áreas profissionais, como Educação Física, mas também a Fisioterapia e a Medicina. Não é por acaso que sou psicólogo, docente e atual diretor da Escola de Educação Física de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), mas pelo fato de que esta é uma área notadamente interdisciplinar, mesmo que tenha no professor de educação física sua primeira referência profissional.

Em meio a essa interdisciplinaridade, existe uma demanda pelo conhecimento psicológico. E por que é uma área interdisciplinar? Porque é uma área que reúne o conjunto de conhecimentos e ciências que, ao se ocupar da cultura corporal de movimento, procura qualificá-la da maneira mais integral possível em benefício da pessoa e da sociedade que a realiza, isto é, que a pratica, mas também que a consome.

Diálogos – Pode-se falar em consumo da cultura corporal de movimento?

Cristiano Barreira - Falo em consumo como um modo de a pessoa se relacionar com um fenômeno que não é o modo da apropriação cultural, mas é bem mais efêmero, a exemplo do gasto e do consumo energético metabólico. O problema da aderência à atividade física tem equivalências diretas com essa relação pouco significativa pessoal e culturalmente, mesmo se valorizada e envolvendo investimentos financeiros e de tempo. Note-se que esse consumo, muitas vezes, se dá com seus sujeitos negligenciado o próprio protagonismo do movimento e adotando uma posição passiva, de espectador que se relaciona com esta cultura à distância e de modo sedentário, mesmo se muitas vezes envolvido emocionalmente. Mas este é um tipo de entretenimento inativo que, quando predominante ou exclusivo, empobrece o tempo de lazer. Voltando um pouco atrás, vale observar que esse empobrecimento corresponde à fragmentação das diferentes dimensões humanas que, já em seus primórdios, o movimento olímpico almejava ver integrada nessa linguagem universal orientada pelo empenho em testar, aperfeiçoar e comparar habilidades. Sob a ótica de uma antropologia fenomenológica, o esporte reúne intensa e contemporaneamente o engajamento do corpo – em sua atividade motora –, da psique – com seus afetos, emoções e hábitos – e do espírito – com sua volição, discernimento racional e capacidade de decisão. Outras práticas corporais, como a ioga, a dança, os exercícios, os jogos e as artes marciais não esportivizadas, por exemplo, também o farão, cada qual ao seu modo e cada modo solicitando a atuação dessas dimensões com orientações, intensidades e dinâmicas próprias. Como essas práticas, por natureza ontológica de tudo o que é humano, são socialmente situadas, a sociedade, os relacionamentos e as instituições em que elas podem se realizar estão sempre atravessando todas aquelas dimensões e devem também ser levados em consideração.

Note também que aquela fragmentação, ilustrada pelo entretenimento passivo do espectador esportivo, encontra paralelo em outras vias, que são as tecnológica e a epistemológica. Pela tecnológica, a fragmentação que ilustra isso de modo mais atual é a das modalidades já mencionadas, os e-games ou e-sports. Mas isso já era questão anterior por conta de tecnologias que reduziram a necessidade de movimento no trabalho e para a mobilidade urbana. Essas conquistas tecnológicas, inadvertidamente, favoreceram o sedentarismo. Quanto à via epistemológica, os recortes entre as diferentes áreas do conhecimento científico atendem às especificidades cada vez maiores dos objetos e dos métodos aplicados para estudá-los. Uma consequência positiva disso é a especialização científica do conhecimento e de sua produção; um risco é sua hiperespecializa-

ção, o que se desdobra justamente num olhar e numa intervenção fragmentados, que perdem o todo. O equilíbrio entre especialização e generalidade se torna cada vez mais difícil, sendo inclusive um dos motivos pelos quais novos cursos superiores, ocupações e profissões vão sendo criados na esteira do aumento da complexidade especializada dos saberes científicos e das demandas da sociedade. Na área da educação física e do esporte houve um expressivo aumento do conhecimento no campo das chamadas biológicas, o que muitas vezes se reflete na formação dos graduandos. Mais do que isso, a Psicologia como um todo, e também a do esporte, veio se desenvolvendo, tornando complexos seus saberes, o que acentua a diferenciação do olhar profissional do psicólogo para fenômenos desse campo multifacetado que é a cultura corporal de movimento. Esse olhar exerce um papel relevante quando se pensa em políticas públicas ou em projetos sociais. Por exemplo, uma reflexão ampla a ser feita é a de que, apesar do Ministério do Esporte ter sido criado em 2003, ou seja há 15 anos, no primeiro governo Lula, não existe o que se possa chamar de uma política de Estado de esporte. Existem sim políticas de governo, fragmentadas e que se transformam. Não há uma consistência que permita uma consolidação e uma prática efetivas para o que almejamos.

É crucial fazer valer o esporte como direito

E o que almejamos? Para começar, nada mais do que fazer valer aquilo que está na Constituição, art. 217, que designa o esporte como direito social. Fazer valer isso implica a criação de um sistema nacional esportivo. Até o momento, as políticas de governo oscilam seus investimentos entre o enfoque no esporte de alto rendimento e o enfoque no esporte de base, ou de formação. Esse investimento pendular, oriundo de uma concepção política dicotômica, poderia ser modificado. A começar levando em consideração que o imaginário esportivo advindo do alto rendimento é a fonte maior pelo desejo da prática esportiva, por um lado, e que, por outro, sem a iniciação esportiva das bases não se formam atletas de alto rendimento. Modificar essa política passa por se pensar um sistema integrado de política pública esportiva, em que base e alto rendimento estivessem não só articulados entre si, mas também com um olhar atento ao inteiro ciclo da vida, contemplando também a velhice, o que vem a ser uma prioridade a mais em um país no qual a divisão populacional por faixa etária o revela como estando em franco envelhecimento. Tudo isso não é matéria a

ser deixada aos ventos do mercado e do consumo individual. É uma matéria de interesse público e deve haver política de Estado para atendê-la.

Diálogos - Em qual segmento as(os) psicólogas(os) do esporte estão concentrados?

Cristiano Barreira - Ele se distribui bastante na forma de projetos sociais e no alto rendimento e é nas categorias de base onde acaba sendo mais aceito pelos diferentes clubes. Ainda subsiste uma resistência maior nas categorias profissionais, o que diz respeito a questões político-institucionais e até de formação e cultura dos dirigentes e técnicos esportivos e da compreensão que eles têm em relação ao que é a Psicologia do Esporte, à presença e ao trabalho do psicólogo. Quanto a este aspecto, muitas vezes, por ter uma compreensão estereotipada de Psicologia, como algo referente ao tratamento de psicopatologias, relacionada a condições de fragilidade, ocorriam posicionamentos mais preconceituosos. É uma questão cultural e de formação dos diversos profissionais do campo esportivo, o que vem mudando progressivamente. Já outra questão, mais política-institucional, é a percepção do psicólogo como alguém que possa ameaçar a liderança e a autoridade do técnico. Trata-se de uma má compreensão do que seja o trabalho do psicólogo na prática e na relação com a equipe. Ele não toma decisões no lugar do técnico, mas trabalha com a equipe na mesma direção, com seu enfoque próprio e sempre com a devida atenção ética ao bem-estar. E aqui cabe uma advertência: deve-se saber que o bem-estar do atleta não se dá sem o enfrentamento de sacrifícios autocolocados em razão de seus objetivos. Isso é próprio da ética esportiva e um psicólogo que desconhecêsse esse aspecto da natureza do esporte não atuaria bem na área. No alto rendimento, não haver uma dedicação sacrificada por parte do atleta pode ser motivo de mal-estar e de frustração por conta de um resultado aquém daquele que ele crê ou sabe que seria capaz de atingir. Mas entre o sacrifício e as exigências dos treinadores, há uma modulação cujo descuido pode se desdobrar em abuso físico e moral. A melhor atenção a isso, visando contemplar as ambições de ambos, treinadores e atletas, é uma atenção psicológica ao relacionamento que se estabelece e que é atravessado por nuances irrefletidas, às vezes conflitivas, devidas ou não a motivos inconscientes. Na verdade, isso se estende como um trabalho em favor da equipe para facilitar relacionamentos e catalisar uma comunicação efetiva, sensível às particularidades dos atletas. E tudo isso nesse contexto que é atravessado por muita cobrança por resultado. Além do mais, os psicólogos têm estado atentos à necessidade de cuidar educativamente dos valores dos atletas, haja vista não só as questões éticas na prática esportiva, mas a um tipo de desorientação pessoal que temos testemunhado ocorrer com atletas cuja ascensão social é mais vertiginosa. Trata-

-se de um olhar que só o psicólogo pode ter nos trabalhos de gerenciamento de carreira que, a bem dizer, deveriam começar com o jovem, já na base, inclusive de modo profilático face a uma escolha que pode levá-lo a muito sucesso, mas também a muita frustração.

As práticas esportivas são disputas com regras iguais para todos

Diálogos - Como o esporte reflete as mazelas da sociedade brasileira?

Cristiano Barreira - Não deixa de ser reflexo, mas não a título de imagem especular; há também opacidades e refrações. Há uma complexidade da sociedade brasileira que tem uma história de estruturação fundada na violência escravocrata e perpetuada em derivações como as profundas diferenças de classe, mas não significa que estamos em constante estado de violência. Isso diz respeito a um dilema e a um conflito no seio de nossa sociedade e com o qual lidamos de diversas maneiras, perpetuando e repetindo essas práticas de violência, mas também nos contrapondo e lutando por formas sociais mais justas de reconhecimento. No esporte, cenas de racismo e violência são momentos emblemáticos de nossas mazelas, mas não acredito que sejam um espelho fiel do que se passa na sociedade brasileira. São sim ilustrações de um processo sintomático de tensões com as quais nós lidamos muito mal ao longo da história.

Diálogos - E como essa história se reflete no esporte?

Cristiano Barreira - Ao longo do tempo, temos o racismo étnico, mas também o de classe. Ambos se fundam com a escravidão e o racismo étnico se legitima com a eugenia, que, naquele momento da história, virada até quase meados do século XX, era considerado ciência e justificava práticas sociais francamente discriminatórias como políticas de Estado. E se não é mais oficialmente assim, os resquícios disso ficaram e se transmutaram num racismo de classe, não assumido e articulado, como foi a eugenia, mas irrefletido e mal dissimulado numa noção de prestígio social que se justificaria por supostos méritos individuais, quando, na verdade, são muito derivados de nossa violência escravocrata fundadora. Veja bem, isso não significa que não existam e que não devam ser reconhecidos os méritos individuais, mas que nenhuma justiça social e nenhuma luta contra as discriminações típicas de nosso país possam ocorrer sem o reco-

nhecimento de que existe uma condição social de partida acentuadamente desigual. Não se fez justiça em relação a estas minorias, que não são quantitativas, mas são minorias de direito e de reconhecimento amplo, afetivo e social, o que deteriora sua dignidade a ponto de não chegarem a fazer valer os direitos a todos atribuídos pela letra da lei. E como a história de classe e etnia no Brasil se confundem, a maioria dos pertencentes às classes pobres é formada por negros e mestiços. Estatisticamente, brancos das classes menos favorecidas estão menos sujeitos à violência, até porque encontram mais facilidade de se inserirem no mercado. Trazendo isso para o contexto esportivo, vale a pena destacar o fato de que, no esporte, a expressão, ou a passagem ao ato, para usar uma noção de sabor psicanalítico, está muito mais rente à superfície das ações nas práticas motoras, fomentando um tipo de experiência emocional que está muito mais à flor da pele. Se pensarmos nas várias instituições importantes na sociedade, em quais outras se encontra essa relação tão direta e tão rápida das expressões psíquicas nas ações? Aqui há muito menos mediação reflexiva, portanto tudo aquilo que compõe diretamente nossos sentimentos sob controle, mediados sob alguma censura moral, aparece de maneira muito menos velada no esporte, em especial os de contato e os que implicam uma interação direta com o adversário. É no contexto das aulas de Educação Física, no caso de crianças e jovens, que as maiores expressões de discriminação e de bullying vão ocorrer. Afinal, há muito mais margem para a ação e expressão direta entre as pessoas do que em espa-

ços mais controlados e mais mediados por tarefas prioritariamente cognitivas, como são os das salas de aula. É na educação física que elas se expõem mais, é onde esses sentimentos depreciativos e as expressões discriminatórias ocorrem de maneira menos articuladas do ponto de vista intelectual e moral, ocorrendo, ao contrário, de modo mais mimético. Aquilo que é mais rápido de se identificar – as diferenças corporais várias de forma e gestual como as deficiências, o tamanho, o gênero e a sexualidade, as habilidades – vai ser o gancho para expressões típicas de uma disputa que apela para a imoralidade. As práticas esportivas são disputas que ocorrem num enquadre cooperativo de concordância de que as regras valem igualmente para todos. Sendo disputas, elas exercitam e ensinam o senso de justiça. No decorrer de um desenvolvimento moral satisfatório há uma progressiva passagem de uma concepção egocêntrica a uma concepção de maior atenção à alteridade e a

direitos equivalentes entre eu e o outro, de modo progressivamente mais universal. Isso ocorre melhor quando ele se dá sob condições controladas e orientação educacional. A disputa esportiva tensiona o sujeito de tal modo que ele não tem como deixar de se posicionar moralmente. Por isso, certos eventos no esporte de massa geram tantas controvérsias e polêmicas, servindo como temas emblemáticos para conversações de caráter ético no cotidiano. No contexto esportivo, quando se deprecia alguém com base em algo próprio do seu fenótipo ou de outro aspecto de sua identidade, algo que seria signo de uma posição de suposta inferioridade, este apelo à imoralidade – sintomático de imoralidades das hierarquias morais predominantes na sociedade – ocorre como meio de se impor, de se autoafirmar, de diminuir o outro e também de compensar o desempenho pior em relação ao outro. Aqui, mimetizando as discriminações sociais, o sujeito interfere moralmente na disputa esportiva usando de algo estranho à disputa propriamente dita, modulando para cima a própria estima pela depreciação da estima alheia. No contexto da realidade social brasileira, sabemos bem que esta inferioridade não

é apenas suposta, mas tem eficácia prática. O apelo imoral nas aulas de Educação Física e no esporte é um sintoma mimético de como nossa meritocracia é falaciosa. Ela não está fundada num senso de justiça autêntico, mas em profundos sentimentos que atribuem de antemão os lugares e as escalas sociais dos dignos e dos indignos, dos que merecem e dos que não merecem sequer participar da disputa, dos que não sabem “ficar em seus

lugares”. Esse apelo é bem expresso nos xingamentos que depreciam, não o que o outro fez, mas uma condição de identidade socialmente deteriorada do outro – vide o preto, a puta e o pobre. Então, bem entendido, pela natureza de suas regras, o esporte pode inverter de forma potente o reflexo das mazelas, sejam elas brasileiras ou não. Uma reflexão ampla – na mídia esportiva, por exemplo – e uma intervenção pontual – em contextos socioeducativos e mesmo de alto rendimento – acolheria cada ocasião dessas para explorar o tema do desenvolvimento moral, das normas elementares de convívio social. Trata-se de fazer valer esse momento para debater e instruir regra social, não pelo viés de sua heteronomia, mas de como elas nos dizem respeito a todos, a fim de que a elaboração do sentido dessas normas se torne incorporação desse sentido. É o sentido dessas regras que permite a participação com o direito equivalente ao do outro, próprio de um processo de



Conhecer a modalidade esportiva é decisivo para a prática do psicólogo



Foto: Mariana Leal

socialização e civilizatório efetivamente orientado por sentidos autênticos de justiça. Nisso o esporte encontra, com o auxílio de uma psicologia crítica, seu papel civilizatório.

Diálogos - As (os) psicólogas (os) da área tem que entender de esporte?

Cristiano Barreira - Sim, tem que entender de esporte. Na medida em que vai se especializando e dedicando à sua prática profissional, tem que entender muito da modalidade ou das poucas modalidades com as quais ele trabalha. É muito diferente, por exemplo, trabalhar com golfe ou com futebol. Existem psicólogos que trabalham bem nessas áreas e que dificilmente, vai trabalhar também boxe, basquete e boliche. O conhecimento da modalidade é decisivo para sua prática. Ele tem que saber das diferentes posições em um esporte coletivo, as características, as exigências psicológicas e físicas que vão afetar o seu desempenho. Portanto, além de um conhecimento teórico do esporte como fenômeno complexo, de que diferentes áreas do conhecimento se acercam, o psicólogo deve ter um conhecimento prático ganho no convívio de um setting psicológico que é o do próprio campo esportivo.

Diálogos - O boom do MMA já chegou à Psicologia do Esporte?

Cristiano Barreira - Chegou sim e o caso do MMA traz à tona um dilema, de delicado enfrentamento, acerca das fronteiras entre violência e ética. O assunto tem chamado a atenção não só de psicólogos, mas de pesquisadores no campo da antropologia, filosofia e medicina. Em pesquisa apoiada pela Fapesp,

tematizo como profissionais de MMA atuam e pensam, entrevistando lutadores em Brasília, Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Belém, Manaus e Rio de Janeiro para entender melhor a experiência e a percepção deles em relação à violência. É curioso. Alguns dizem que é violento, outros dizem que não. Quando são solicitados a articular isso, percebe-se que o grande problema mora na concepção de violência. O que pude verificar em minha pesquisa é que é certo afirmar que o MMA é uma modalidade fisicamente degradante. Sem querer insinuar que não haja lutadores que tenham tido experiências violentas na carreira, seja no MMA ou em outras modalidades, a pesquisa me permite afirmar com segurança que, para eles, em sua experiência vivida, normalmente, a prática do MMA não é violenta. Só que, de todas as modalidades de combate, o MMA é a que mais se assemelha a uma briga. Por isso, numa primeira impressão, é muito difícil separá-la da violência. Para tratar disso de maneira consistente e ampla, foi necessário dar um passo atrás e realizar uma fenomenologia do combate e das artes marciais, trabalho que foi publicado em 2017 na revista científica "Archives of Budo", uma das principais referências no campo. Só se separa briga e luta, ou violência e ética esportiva, por meio de um mergulho na intencionalidade do lutador, daí ser necessário ir ao encontro da experiência vivida pelo atleta. Mas há ainda a questão da degradação física, um ingrediente a mais no problema ético da modalidade. Estatisticamente, as lesões agudas raramente passam de escoriações, ainda que possam sangrar abundantemente, o que dá um aspecto

sensacional a certos combates. Só que se deve ter clareza de que os golpes recebidos na cabeça, além do risco agudo, até de morte, fazem mal crônico à saúde cerebral. Como a modalidade é recente, ainda não se conhece bem a extensão desses males. O que as evidências mostram é que os lutadores do MMA estão um pouco mais protegidos em relação à intensidade e à quantidade de golpes levados na cabeça do que os lutadores de boxe, cuja regra exige que ele permaneça em pé para não ser derrotado, enquanto no MMA o lutador tem a opção de se proteger indo ao chão e se agarrando ao oponente para não continuar a ser atingido na cabeça. Mas essa diferença não isenta em nada o MMA quanto ao perigo de uma degradação cerebral crônica. Todo lutador deve saber que está sujeito a consequências crônicas muito ruins e sofridas, eu diria até bem piores do que a maioria quantitativa das lesões agudas, o que foi bem e corajosamente descrito pelo neurologista de origem nigeriana Bennet Omalu, enfrentando a indústria do futebol americano ao revelar os adocinhos que acometiam os jogadores em função das concussões cerebrais que ocorrem na modalidade.

Há ainda dois tópicos relativos ao MMA e à Psicologia do Esporte que eu gostaria de pontuar. Um se refere à dúvida quanto ao MMA incitar à violência ou não, principalmente entre jovens. Sabe-se muito pouco a respeito disso, mas o que há de pesquisa científica já feita tende a mostrar que não há relação. Mas não se pode dizer que haja uma palavra definitiva sobre o assunto. Como crianças e jovens não vão deixar de estar expostas às imagens das lutas, a recomendação que pode ser feita é para que pais e educadores conversem sobre as diferenças entre a modalidade e a violência, acentuando a ética de trabalho dos lutadores, sem deixar de alertá-los para o perigo físico que correm, mas frisando que se sujeitar a isso é uma escolha deliberada deles. Contra essa recomendação, porém, concorre o interesse de mercado. Grandes eventos estimulam exposições de rivalidade com base em ofensas pessoais entre os lutadores. Como o pico da narrativa dessas desavenças se concluiria no cage, isso tornaria os combates mais atrativos. A mensagem que é passada com isso não poderia ser pior. Ela salienta a agressão física como meio para solucionar conflitos, dando ao MMA uma conotação violenta que se opõe à ética esportiva e também à das tradições marciais. Como vimos, há uma distância entre a experiência normalmente não violenta dos lutadores e essa conotação, que interessa a um mercado de entretenimento esportivo. O psicólogo do esporte, todavia, lida diretamente com outra realidade

de opressiva intensamente vivida pelos lutadores. A organização dos combates e uma possível classificação dos lutadores não são regidas por federações esportivas da modalidade, mas por empresas que promovem os eventos. Os lutadores não têm qualquer segurança trabalhista, recebem quando lutam e, à parte aqueles bem consagrados que atuam em eventos muito grandes, recebem mal, o que chega a ser menos do que custaria um tratamento dentário caso tenham uma lesão um pouco mais séria. A vida profissional da maioria deles é bastante incerta e insegura. Ouvi relatos de quem chegou a lutar e não recebeu o que tinha sido previsto. Como sua atuação depende desse mercado, é difícil para o lutador que está à espera de suas oportunidades fazer resistência, e fácil ser explorado. Ainda assim, entre os profissionais, muitos não querem fazer outra coisa porque se sentem apaixonados pela luta. Eles dizem amar o que fazem e ter esperança de se consagrarem e melhorarem a sua própria vida e a da família. Some-se a isso o fato de que a preparação adequada para uma luta se prolonga por meses e a perda de peso para um ajuste à categoria pode levar semanas e pronto: sob tanta pressão, fica fácil imaginar a importância de um bom trabalho psicológico.

A Psicologia do Esporte não é domínio de determinada abordagem

Diálogos - Como você qualifica a produção científica na Psicologia do Esporte?

Cristiano Barreira - Já em 1965, desde o primeiro congresso internacional de Psicologia do Esporte há a participação do Brasil no cenário internacional. Mas o aprofundamento

e a consistência da área é mais recente no Brasil, remontando ao fim da década de 1990, início dos anos 2000. E vem se fortalecendo, com inserções no âmbito internacional e pesquisadores vinculados em instituições de vários países, ampliando-se o interesse de fora por aquilo que fazemos aqui. Em 2016, foi criado o primeiro GT de Psicologia do Esporte na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anppep). Esse grupo reúne profissionais colaboradores e professores credenciados em programas de pós-graduação, buscando uma unidade maior, uma interlocução maior para que a produção de conhecimento e o campo se fortaleçam atentos à realidade esportiva brasileira e ao protagonismo científico de seus pesquisadores. Isso favorece uma visão mais complexa e menos técnica ou instrumental da área, assim como promove o aperfeiçoamento das técnicas e instrumentos, fornecendo mais garantias para o seu bom uso. Definitivamente, a Psicologia do Esporte não pode ser vista nem praticada apenas como técnica, ainda que se valha de técnicas e instrumentos cuja aplicação tem sua eficácia. O grupo da Anppep materializa um investimento

intelectual coletivo que aposta no enriquecimento da Psicologia do Esporte pelo reconhecimento de sua especificidade e pela valorização de suas várias interfaces.

Na Psicologia do Esporte, as discussões internas hoje se dão a partir de uma maior problematização epistemológica. Junto a isso há o enriquecimento de abordagens em interface com perspectivas em psicologia diversas, como a Gestalt, a análise do comportamento, a psicanálise, a comportamental, a psicologia positiva, a psicologia analítica, a fenomenológico-existencial. Isso compõe o enriquecimento epistemológico e fomenta novas discussões. A Psicologia do Esporte não é domínio de determinada abordagem e também não é uma área isolada que não conversa com as demais áreas. Ela se enriquece e depende destas interfaces para continuar se qualificando e, consequentemente, agregar conhecimento mais consistente e abordagens mais apropriadas às realidades que encontra.

Diálogos – Quais são as consequências da falta de investimento no esporte?

Cristiano Barreira - Mais do que corte de direitos, a consequência desse corte seria o de aumento da própria insegurança. Quando ocorrem cortes na cultura e no esporte, com redução ao fomento dessas práticas e diminuição das condições materiais para haver envolvimento e valorização da dignidade do jovem como protagonista de sua vida e de sua própria formação, abre-se mais margem à sua vulnerabilidade. Arte e esporte colocam os jovens em contato com modelos e valores éticos que só podem se materializar com força existencial para eles na produção criativa e na ação. Ambos, de certa forma imunizam, ou tem algum poder de imunização contra a criminalidade e o esvaziamento de valores que dão sentido à vida e ao desejo por relacionamentos éticos. Este investimento tem essa consequência clara. Na Islândia, pesquisa recente mostrou como o uso de tabaco, álcool e maconha entre os jovens caíram consideravelmente com investimentos simples em esporte e arte. Por um exemplo como esse, vemos como é muito sério que ocorra tamanho desinvestimento no Brasil. É cristalino como esse é um tipo de ação que vai se voltar contra ela mesma. Ivan Illich (1936-2002) chamava isso de contraproductividade paradoxal, citando exemplos de como certos modos de se buscar mais saúde, produziam mais doenças. Independentemente do corte, essa é a consequência que teremos: busca-se segurança e se gera mais insegurança.

Para começar, há uma relação temporal de causa e efeito ao se ocupar o tempo de jovens tirando-os das ruas. Não se trata de deixá-los sem tempo livre, mas de qualificar seu tempo com práticas organizadas, em convívio comunitário no qual há referências dadas pela presença de adultos formados para atuarem com eles. Uma coisa é jogar futebol como prática organizada e outra é só jogar futebol de rua, sem figuras de autoridade e referência dos valores que se organizam esportivamente. Aí, como comentava antes, esses valores estão mais sujeitos a se distorcerem mimeticamente, que é quando todas as práticas discriminatórias e de propensão à violência podem ocorrer mais facilmente. O excesso de tempo livre, somado à falta de expectativa, isto é, ficar sem fazer nada e sem perspectiva de ter o que fazer, se contrapõem ao tempo ocupado com uma prática organizada como as artísticas e esportivas, em que modelos de vidas éticas são colocados em movimento. Trata-se de ter uma compreensão da alteridade e de como eu me posiciono no empenho nas atividades que realizo, conseguindo enxergar, pela valorização do outro, a melhora naquilo que faço e que sou capaz de fazer, o que se converte num tipo de cuidado psíquico, numa ética voltada ao reconhecimento de mim mesmo. Perceber que o engajamento em determinada atividade, que é repetida e tem continuidade, faz o efeito de melhora, diz respeito a como posso me aperfeiçoar. Em situações sociais em que jovens estão desprovidos de figuras de cuidado, a promoção material e humana de ambientes de arte e esporte as coloca em contato com figuras efetivas de cuidado ético.



Foto: Mariana Leal

A Revista Brasileira de Psicologia do Esporte existe há mais de oito anos. Lotada no portal de revistas da Universidade Católica de Brasília (UCB), é uma publicação da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (Abrapesp) criada para ser espaço de reflexão, de crítica, de debate e de divulgação sobre o que se faz na área. É a única revista específica de Psicologia do Esporte do Brasil.

A Abrapesp foi criada em 2003, logo após formação da primeira turma de especialistas em Psicologia do Esporte, do Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo. A proposta era congregar profissionais da área de Psicologia e de áreas afins ao esporte. Além de editar a revista, a Abrapesp promove um congresso nacional a cada dois anos.

Saiba mais: www.abrapesp.org.br/

Contra o abuso sexual

Detentora de recordes nacionais e internacionais, Joanna Maranhão é nadadora conhecida do público. Há dez anos denunciou o abuso sexual que sofreu de seu treinador quando tinha 9 anos. A denúncia foi o primeiro passo. O caso de Joanna deixou um marco na legislação brasileira que trata de crimes de abuso sexual, estupro e atentado violento ao pudor. Em 2012, foi aprovada a lei “Joanna Maranhão”, que muda as regras para casos dessa natureza. A prescrição do crime passou a valer a partir do momento em que a vítima completa 18 anos e não quando o crime foi cometido. Em 2014, a atleta deu um passo adiante e criou a ONG Infância Livre, dirigida as crianças da rede pública que sofreram abuso sexual. A sede é na sua Recife natal. Por meio de encaminhamentos, práticas esportivas, palestras, conscientização e educação sexual, a ONG combate ao abuso e exploração sexual nas escolas e espaços frequentados por crianças. Em quatro anos, 200 atendimentos e mais de 50 palestras foram realizados em todo o país. Além dessas atividades, o projeto Infância Livre estabeleceu parcerias com o projeto Emancipa Esporte, e promove aulas de natação para 50 jovens da região da Pampulha, e junto à Associação Esporte sem Fronteiras, que atende mais de 150 jovens com aulas de judô na região da Cachoeirinha, ambas em Belo Horizonte.



Foto: Satiro Sodré/SSPress

Diminuir o abismo social



Foto: Divulgação

A história começou há mais de 15 anos. Dois jovens de classe média treinavam rugby, esporte de origem inglesa, elitizado e praticamente desconhecido no Brasil, nos espaços públicos do Morumbi, bairro de classe média alta em São Paulo. Logo, as crianças da comunidade pobre e carente da vizinha Paraisópolis se interessaram pelo jogo. De plateia animada e curiosa, começaram a aprender as regras do jogo e a treinar junto. Dessa interação nasceu o Projeto Rugby para Todos, que desde então apoiou a formação pessoal de 5 mil crianças e jovens. E também criou uma geração de atletas de alto nível, que representam faculdades, clubes da primeira divisão paulista e as seleções nacionais juvenis e adultas, masculinas e femininas.

Natália Sousa, psicóloga especializada de Esporte, que coordena o projeto atualmente, conta que, além dos treinos, oficinas sobre direitos, orientação vocacional e construção de valores são promovidas por uma equipe multidisciplinar, formada por psicólogos(as), fisioterapeutas, nutricionistas, pedagogos(os) e assistentes sociais. Juntos, apoiam as crianças e jovens da comunidade, buscando a participação da família. Além do esporte, os jovens passaram a se interessar pela Psicologia, a Fisioterapia e a Educação Física. Hoje, vários são profissionais formados em carreiras ligadas ao esporte. O projeto, entretanto, enfrenta dificuldades financeiras, agravadas nos últimos meses, com a suspensão do repasse de recursos pelo Ministério do Esporte. Natália Sousa pensa no plano B de captação de recursos, mas o quadro de funcionários já diminuiu e as dúvidas são enormes sobre o futuro do projeto.

Saiba mais: www.rugbyparatodos.org.br

Projetos Sociais na Psicologia do Esporte: possibilidades e desafios na atuação profissional

Fábio Silvestre da Silva



Escrever sobre a atuação profissional do psicólogo do Esporte é um grande desafio. Basta verificar a produção acadêmica da área para constatar a carência de estudos e publicações. A Psicologia, acompanhando o desenvolvimento da humanidade, promove constantes revisões em suas teorias e amplia suas práticas, tentando encontrar respostas aos desafios que surgem com o progresso da sociedade, que, à medida que traz novas perspectivas de vida, também traz novos problemas a serem enfrentados pela ciência.

A articulação entre o exercício da subjetividade envolvida no esporte e a intervenção propriamente dita é o desafio central da Psicologia do Esporte nos projetos sociais. Intervir na construção de políticas públicas do esporte, participar da gestão de projetos sociais esportivos, realizar processos de formação continuada, acompanhar equipes e participar de um time de profissionais com diferentes saberes exige dos psicólogos a compreensão das dimensões políticas, conceituais, metodológicas e técnicas. Além disso, requer uma postura interdisciplinar que considere um projeto de sociedade, as dinâmicas sociopolíticas, o papel do Estado e o potencial da narrativa esportiva, que compõem o contexto específico de intervenção realizada.

Procurei declarar logo o entendimento macro do papel do psicólogo do esporte com o propósito de ampliar a reflexão do nível pessoal para um contexto de direitos e de limite da atividade social em face da necessidade da intervenção, para os profissionais que pretendem atuar ou já atuam em projetos sociais que utilizam o esporte como principal narrativa no processo de educação para a cidadania.

DESAFIOS

Esse alerta faz-se necessário, pois corremos o risco que a Psicologia do Esporte seja percebida, apenas, como saber acessório às práticas vigentes e tradicionais do esporte e da atividade física, especialmente na lógica da normatização da vida privada e pública. A maior parte dos colegas quando vão a congressos ou a cursos procuram saber apenas da parte operacional, como as técnicas e o modo como cada profissional faz. É salutar a busca, no entanto, as práticas, quando não refletidas, podem recair na reprodução ideológica, transformando a Psicologia em instrumento de dominação e ajuste de pessoas que estão em desacordo com o sistema social.

A Psicologia do Esporte tem desafios próprios, sendo os mais importantes deles: viabilizar novas formas de atuação adequadas às demandas atuais de nossa sociedade e teorizar sobre a importância do desenvolvimento humano pelo esporte e proteger a diversidade no exercício da subjetividade.

Dito isto, a Psicologia do Esporte é mais uma das chamadas Ciências do Esporte, que estuda os comportamentos de pessoas envolvidas no contexto esportivo e de exercício físico. No Brasil, sua história é recente. Em 2001, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP) debateu as diferentes possibilidades da prática, diferenciando a Psicologia no e do esporte. Foi um marco fundamental, pois a Kátia Rubio, coordenadora da Comissão do Esporte do CRP/SP (2000) criou o primeiro curso reconhecido pelo Ministério da Educação no Instituto Sedes Sapientiae, em 2002.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Rubio foi a primeira a usar a expressão “Psicologia Social do Esporte” e consolidou na grade curricular da pós-graduação a disciplina projetos sociais, que produz artigos e discute o papel do psicólogo atuando neste campo. A produção acadêmica e as aulas sugerem o papel e a responsabilidade social do profissional e das novas possibilidades de atuação em projetos sociais associado com a educação pelo esporte. Basicamente, o objetivo do psicólogo do esporte é entender como os fatores psicológicos influenciam o desempenho físico e compreender como a participação nessas atividades afeta o desenvolvimento emocional, a saúde e o bem-estar da pessoa nesse ambiente.

O ambiente mais conhecido da atuação é o esporte de rendimento, entretanto, não é seu único foco. Outras áreas também são objeto de estudo e intervenção como: as práticas de tempo livre, voltadas para a saúde e o bem-estar; o esporte escolar; a iniciação esportiva, onde crianças e jovens estão envolvidas em atividades esportivas, pedagógicas e competitivas; a reabilitação, que visa a recuperação psicológica de lesão de atletas e praticantes de esporte ou inserção social (os obesos, os doentes cardíacos, as pessoas com necessidades especiais entre outros); e o objeto deste artigo, os projetos sociais, que tem o esporte como meio de educação e socialização, já conceituado inicialmente.

INJUSTIÇAS E DESIGUALDADES

Os projetos envolvendo esporte têm apresentado um crescimento. Segundo Rubio (2000), o esporte hoje é considerado um dos maiores fenômenos sociais da modernidade e por mais que seja um direito fundamental constituído por meio do artigo 217 da Constituição Federal de 1988, seu acesso ainda é restrito, elitizado e pouco educativo para a formação da construção de indivíduos capazes de se relacionar de forma cidadã com o mundo que os cerca. Pois o esporte, no Brasil, reflete a situação do país de uma forma geral: que é marcada por injustiças, desigualdades, baixo investimento e agora um temeroso retrocesso geral aos direitos garantidos em 1988.

Temos um país cuja característica marca a péssima distribuição de renda e guarda como paradoxo fun-

damental a convivência da “forte economia”, marcada pela extrema concentração de renda, com o péssimo índice de desenvolvimento humano, o que produz e reproduz profundas desigualdades sociais. Essas levam à formação de um triângulo entre Estado, iniciativa privada e iniciativas comunitárias, que corresponde ao objetivo neoliberal de aprisionar a sociedade civil em seu esquema simplista, assegurando a liberdade empresarial, reduzindo o papel de gestor público e segurando a pobreza nos limites toleráveis.

As instituições, com o fim de reparar a dívida social, vêm buscando qualificar as ações com investimento no esporte para crianças e adolescentes. A visão de um esporte como direito numa linguagem que visa facilitar o processo educativo e ampliar as possibilidades de atuação profissional, uma vez que é contextualizado sócio politicamente, transformam-se em instrumento de interpretação da realidade, por meio da discussão e da reflexão de sua prática concretizada na atuação direta das ações educativas.

PROMOÇÃO DE DIREITOS

Neste cenário, a parte social da Psicologia do Esporte nasce com essa perspectiva e necessita cada vez mais ser reconhecida pelas instituições responsáveis pela promoção desses direitos. É preciso ressaltar que as políticas públicas e os programas sociais direcionados à camada populacional em situação vulnerável economicamente não são suficientemente abrangentes nem atraentes no sentido da classe trabalhadora visualizar perspectivas de melhorias de sua sobrevivência. Estas ausências do Estado acabam por levar, muitas vezes, os jovens a trilhar caminhos tortuosos, como o conflito com a lei e o encontro com as drogas, tanto no consumo como no tráfico, que seduz cada vez mais jovens. Para evitar esses efeitos do capitalismo, que tornam as relações humanas competitivas, o psicólogo do esporte, recorrendo ao próprio esporte como linguagem, precisa resgatar a dignidade humana, ter o compromisso ético-político de transformar, criar situações que reflitam as ações, e buscar as potencialidades humanas e das comunidades encontradas nos contatos individuais e coletivos.

O número de organizações sociais não governamentais de interesse



público cresceu muito nos últimos anos e grande parte delas já utilizam nos seus programas o esporte como linguagem para os processos educativos desejados. Nesses programas, o esporte é articulador de ações educativas, com atividades que enfatizam a saúde, a arte e o apoio à escolarização. Vários projetos educativos interdisciplinares são apresentados às crianças visando à construção participativa orientada nos princípios da educação pelo esporte. Assim, o profissional precisa trabalhar, por meio do esporte, da atividade física e lúdica, com a subjetividade de cada criança, buscando desenvolver noções de cooperação, mesmo em situações competitivas, disciplina, compromisso, trabalho em equipe, lidar com sensações de vitória e derrota, desenvolvimento psicomotor, além de um trabalho de orientação às famílias.

LEITURA CRÍTICA

Cabe ao psicólogo mostrar que o esporte não tem apenas o caráter competitivo e especializado. O profissional tem a possibilidade de de-

envolvê-lo como uma prática de cooperação e participação, permitindo, dessa maneira, o acesso aos poucos habilitados, ao que “poucos” muito habilitados têm tido condição de usufruir. É fundamental um trabalho interdisciplinar para que se alcancem os resultados desejados, contudo, o mais importante é que a equipe recorra ao esporte e não as outras questões tradicionais de ensino para atacar a problemática a ser solucionada. É importante marcar isso, pois muitos colegas querem recorrer à Psicologia do Esporte, mas atuam na prática com outras técnicas e ferramentas que representam, por exemplo, o modelo clínico tradicional. Os profissionais que atuam no esporte e em projetos sociais, sobretudo, precisam compreender que, caso precisem falar de “setting”, que este seja entendido como as quadras e os campos. Ou seja, onde a prática ocorre e não numa salinha no modelo clínico médico. Para este modelo já temos muitos profissionais. O desafio é ser psicólogo do esporte e encontrar nas características das atividades desenvolvidas as soluções procuradas.



Cabe aqui fazer uma leitura crítica com a perspectiva de superar a visão simplista do esporte como via de ascensão social e formação de futuros atletas, pois o esporte surge como sendo a salvação para a pobreza e para marginalidade, e isso é um reflexo da propaganda ideológica veiculada pela mídia, associando o esporte com habilidade, dinheiro, fama e poder. Além disso, o que se tem notado em muitos projetos que envolvem esporte é que o foco é a especialização precoce, preparando crianças e adolescentes para a competição e visando a criação de talentos, sem grandes preocupações com aspectos afetivo-cognitivos que serão despertados por esta prática. Excluindo dessa forma os menos hábeis. Pelo contrário, vale dizer que o esporte pode ser educativo se conservar sua qualidade lúdica e a espontaneidade, sendo este um ponto para a vivência prazerosa da criança com o esporte.

EMANCIPAÇÃO

As vivências nos projetos esportivos pelos quais tive o prazer de atuar demonstraram que esta intervenção educativa pode servir para as crianças como um ambiente promotor de saúde e das mais diversas habilidades, além de seguir a disputa de mantê-las conscientes sobre os riscos das drogas e da violência. O esporte, principalmente a educação pelo esporte, pode agir transformando potenciais em competências para a vida daqueles que têm oportunidade de passarem por essa experiência.

Poucos psicólogos estão atuando nesses projetos, pois a maioria dos profissionais opta por trabalhar juntos aos esportes de rendimento e a Psicologia, enquanto profissão, ainda não possui esta como uma de suas bandeiras políticas. Então, é nossa responsabilidade, e também dos futuros psicólogos, entrar nesse meio tão rico em possibilidades, mas carente de estudos aprofundados. O desenvolvimento da Psicologia do Esporte atuante em projetos sociais depende, portanto, de reflexões consistentes sobre o exercício

da subjetividade, das práticas políticas.

Volto a reafirmar, por fim, o que venho produzindo e escrevendo desde 2003, que o paradigma proposto para atuação dos profissionais da Psicologia do Esporte é que onde houver ser humano desenvolvendo-se no e pelo esporte sua presença será fundamental para proporcionar à população atendida a descoberta de outras possibilidades na construção de uma identidade tendente à emancipação, atualmente vetada não só pela desigualdade social, mas principalmente pela desigualdade de direitos e deveres. Nestes aspectos, o papel do psicólogo do esporte em projetos sociais é único e indispensável quando da integração em equipes multidisciplinares. É nesta instância, a da profunda análise dos processos que envolvem o esporte, que o trabalho do psicólogo se diferencia de outros profissionais também envolvidos com as questões esportivas.

REFERÊNCIAS

Comissão de Esporte do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. A Avaliação Psicológica no Esporte ou os Perigos da Normatização e da Normalização. In: Rubio, K. (org.). Psicologia do Esporte: Interfaces, Pesquisa e Intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

RUBIO, Katia. O trajeto da Psicologia do Esporte e a formação de um campo profissional. In: K. Rubio (org.) Psicologia do Esporte: interfaces, pesquisa e intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SILVA, Fábio Silvestre. Projetos sociais em discussão na psicologia do esporte. Revista Brasileira de Psicologia do Esporte, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-12, dez. 2007.

SILVA, Fábio Silvestre da; RUBIO, Katia. Um jeito novo de jogar na medida: o futebol libertário. Rev. bras. psicol. esporte, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-18, dez. 2008.

Fábio Silvestre da Silva é psicólogo, mestre em Educação pela Faculdade de Educação da USP e gerente de Projetos da Fundação (CSN).

O esporte pede socorro: O que a Psicologia tem a ver com isso?

Victor Cavallari Souza e
Ricardo Marinho de Mello de Picoli

2018. Copa do Mundo. O megaevento esportivo acompanhado por cerca de 3 bilhões de pessoas ao redor do mundo mostra sua importância no imaginário e na cultura popular brasileira, mas também esconde que se trata de uma modalidade única e jogada somente por homens. Esporte no Brasil é quase sinônimo de futebol. Basta olharmos os noticiários esportivos em rádios, tevês e jornais para perceber que, apesar das inúmeras modalidades existentes, esses programas abordam quase sempre o futebol masculino. Quase nunca há espaço para outros esportes, muito menos para o paradesporto.

Esses fatos são naturalizados e não haveria de ser diferente, visto que somos a pátria de chuteiras. Esse modo de conceber o esporte, entretanto, reflete a maneira como as decisões são tomadas na gestão esportiva brasileira e esconde problemas que temos em relação ao acesso e à prática do esporte e do exercício físico pelos brasileiros.

A título de comparação com outras modalidades coletivas, o vôlei masculino brasileiro é bicampeão olímpico e possui nove títulos da Liga Mundial. A seleção de vôlei feminina é ainda mais bem-sucedida: bicampeã olímpica, mas com 12 títulos do Gran Prix. Isso sem contar o basquete masculino e feminino, que, somados, possuem três títulos mundiais, e o handebol feminino, que é campeão mundial (deixamos as famosas “quatro modalidades da aula de educação física na escola” nessa comparação somente por provocação). Mas será o futebol o esporte de maior sucesso do país, considerando as proporções de investimento e número de praticantes?

Os personagens “fora de série” que aparecem de vez em quando no futebol, como Pelé, Garrincha, Rivelino, Zico, Sócrates, Romário, Ronaldo, Formiga, Rivaldo, Ronaldinho, Marta, Kaká e Neymar, aparecem em outras modalidades também: Maria Esther Bueno, uma das maiores tenistas de todos os tempos; Gustavo Kuerten, ídolo internacional do tênis; Ayrton Senna, Nelson Piquet e Emerson Fittipaldi no automobilismo, com oito títulos mundiais de Fórmula 1; César Cielo, nadador, campeão olímpico e tricampeão mundial da prova de 50m; Daniel Dias e Clodoaldo Silva, nadadores paralímpicos, somados, possuem 38 medalhas paralímpicas, das quais 20 de ouro; Terezinha Guilhermina, hepta campeã mundial e tri-campeã paralímpica de atletismo; Daiane dos Santos, ginasta, campeã mundial no

solo; Arthur Zanetti, ginasta, campeão mundial e olímpico das argolas; e, por fim (se fôssemos colocar tudo aqui, certamente iríamos ser injustos com alguém e tomaríamos todo o espaço só com esses títulos), Isaquias Queiroz dos Santos, canoísta, três medalhas olímpicas (duas de prata e uma de bronze) e tricampeão mundial de canoagem de velocidade. Com tantos títulos e personagens, podemos considerar que somos um sucesso esportivo mundial? Todos esses resultados significam que o esporte brasileiro é bem gerido, democrático e acessível? Estamos “colhendo frutos” de um sistema esportivo nacional?

O ESPORTE NO BRASIL

O “Diagnóstico Nacional do Esporte”, divulgado pelo Ministério do Esporte em 2013, constatou-se que 45,9% da população brasileira é composta por sedentários, isto é, pessoas que não praticam atividade física ou esporte. Se dividirmos por gênero, mais da metade das mulheres brasileiras (50,4%) são consideradas sedentárias. Ao longo da vida, o sedentarismo aumenta na população, praticamente dobrando o número de pessoas que não praticam atividade física ou esportiva, partindo de 32,7% (faixa etária dos 15 aos 19 anos) e chegando a 64,4% (dos 65 aos 74 anos). A maior concentração de abandono do esporte (45%) encontra-se ainda no período escolar (até 24 anos), sendo também maior para as mulheres (46,8%) se comparadas aos homens (43,3%). Dos motivos citados sobre o abandono da prática esportiva, quase sete em cada dez brasileiros (69,8%) citam a falta de tempo para se engajar em atividades físicas ou esportivas ou então que possuem outras prioridades, como cuidar da família, estudar ou trabalhar. Também foram citados problemas de saúde como causa do abandono (12,5%), preguiça ou cansaço (7%), problemas na prática esportiva, como falta de resultados e socialização (6,1%), falta de espaço (infraestrutura) para praticar (3,2%) e motivos econômicos (1,4%).

Os dados do “Diagnóstico Nacional do Esporte” mostram que o esporte no Brasil é um privilégio de parte da população, fazendo-o perder seu caráter de direito social. A ausência de políticas públicas voltadas à democratização de acesso e da prática esportiva reforça a exclusividade do esporte, o qual poderá ter incidência na saúde pública, visto que é sabido o auxílio que a atividade física porta na busca de melhor qualidade de vida e bem-estar de seus praticantes, bem como é instrumento



de promoção de saúde e prevenção de doenças. Evidencia também que essas políticas têm influência na alteração ou manutenção desses privilégios, sobretudo para as mulheres - proibidas da “prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza” de acordo com o decreto-lei 3.199 de 14 de abril de 1941 -, para a população negra - impedida, num primeiro momento, de praticar atividades físicas e esportivas devido à seletividade de ingresso em instituições de elite que detinham a infraestrutura necessária ao desenvolvimento de práticas esportivas - e para a população com deficiência. O reflexo desses acontecimentos é mostrado no “Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano no Brasil”, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em 2017, em que mulheres, população negra e população com deficiência têm menos chances (12%, 6% e 51%, respectivamente) de se engajar em atividades físicas e esportivas do que a média da população. Além disso, destaca-se a importância do esporte em uma política que integre os sistemas educacional e esportivo, visto o abandono da prática ocorrer ainda na idade escolar. Esses apontamentos enfatizam que a intervenção do Estado sobre o esporte, dentro de uma perspectiva histórica e social no país, também se fundamenta no esporte de alto rendimento, o qual se define pela finalidade da obtenção de resultados esportivos e, sobretudo, pela importância dada ao futebol na organização política e sistêmica do esporte brasilei-

ro, como pode ser percebido no conteúdo (e até no título informal) das leis Zico (8.672/1993) e Pelé (9.615/1998).

AS LEIS DO ESPORTE

A Lei nº 9.615 de 1998, também conhecida como Lei Pelé, é a que institui normas gerais sobre o desporto, formal e não-formal, brasileiro. Dispõe sobre as manifestações e finalidades esportivas, rege o Sistema Brasileiro do Desporto e também fundamenta a justiça desportiva. O esporte brasileiro é organizado da seguinte forma: o Sistema Brasileiro do Desporto (SBD) é composto pelo Ministério do Esporte, pelo Conselho Nacional do Esporte, pelos sistemas de desporto estaduais e municipais (estes podem ser regidos de forma independente - desde que não firam a constituição federal - com legislações e fomentos próprios como, por exemplo, a Lei Paulista de Incentivo ao Esporte, Lei Estadual de Incentivo ao Esporte - (MG) e pelo Sistema Nacional do Desporto (SND). Por sua vez, o SND é composto pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB), Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Confederação Brasileira de Clubes (CBC), confederações, federações, ligas nacionais e regionais e entidades de prática desportiva. De acordo com o art. 4º, § 1º, O Sistema Brasileiro do Desporto tem por objetivo garantir a prática desportiva regular e melhorar seu padrão de qualidade. Já o Sistema Nacional do Desporto busca promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento. Dessa forma, há uma primazia do esporte de rendimento



na forma como a organização do esporte está concebida, pois pouco há sobre o regimento de atividades físicas e esportivas, além de linhas e normas gerais, carecendo de políticas públicas e formas de organização voltadas à temática. Também é predatória a favor do esporte de rendimento a forma de distribuição de recursos: em relação ao SND, o Tribunal de Contas da União constatou, em 2014, alto percentual de recursos públicos federais aplicado no esporte de rendimento, com baixo percentual de incentivos privados ou de estatais, e alto grau de dependência dos recursos da Lei Agnelo/Piva para gastos de custeio.

A Lei Agnelo/Piva é um aditivo ao artigo 56º da Lei Pelé e dispõe sobre a destinação, distribuição e aplicação de recursos financeiros resultantes da arrecadação das loterias federais para o COB e o CPB. Para minimizar o descompasso no vetor de investimento entre o esporte de rendimento e outros esportes, essa lei determina também a obrigatoriedade de investimento no esporte escolar (10%) e universitário (5%) por ambas as entidades. Outra lei que versa sobre incentivos financeiros para o esporte é a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006), que fomenta projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte por meio da dedução de impostos de pessoas físicas e jurídicas.

Dessa maneira, nota-se que a organização sistêmica do esporte brasileiro regido pela Lei Pelé foi sendo ajustada com outras legislações para minimizar os efeitos da primazia do esporte de rendimento e do futebol. No entanto, mesmo com esses ajustes, é possível perceber que os recursos ainda são majoritariamente aplicados no esporte de rendimento e que isso dificulta o processo de democratização do esporte. Isto é, mais do que o fluxo de recursos e investimentos, o problema maior é o próprio sistema. Com isso, em 2015, um grupo de trabalho foi designado pelo Ministério do Esporte para discutir nova proposta de Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Nacional do Esporte (SNE). Segundo o Ministério do Esporte, “o SNE está sendo construído para organizar os entes públicos, privados e do terceiro setor - de forma articulada e integrada - para promover e fomentar políticas esportivas para toda a população brasileira”, por meio da definição da estrutura e do funcionamento do esporte no Brasil, “caracterizando-se os níveis de atendimento, os serviços a

serem ofertados e os responsáveis pela sua execução”. Ainda de acordo com o Ministério do Esporte, essa lei disciplinará também as questões do “financiamento do esporte, dos mecanismos de controle e participação social, bem como a política de recursos humanos e formação continuada dos integrantes do SNE”. O objetivo é “cumprir o preceito constitucional do direito de cada cidadão brasileiro durante toda a vida ao esporte, tornando o setor uma política de Estado, consolidando o esporte como uma política pública estruturante pela democratização do acesso, em especial das crianças e dos jovens, e a potencialização do esporte de rendimento”.

Na contramão dessa tendência mundial na democratização do acesso ao esporte, o governo federal sancionou a Medida Provisória nº 841 (MP 841), que dispõe sobre a transferência de recursos da Loteria Federal para o Fundo de Segurança Pública. Como mostrado acima, boa parte dos investimentos esportivos no Brasil (cerca de 97%, de acordo com um relatório do TCU) são resultantes de verbas públicas. A MP 841 retira cerca de R\$ 514 milhões por ano do esporte. Os efeitos desse remanejamento de recursos ainda atingem as áreas da saúde, cultura, educação e assistência social. Tendo em vista o poder de transformação social do esporte, os prejuízos são incalculáveis e sem precedentes, colocando em risco programas como o Bolsa-Atleta e o Bolsa Pódio, que já enfrentaram redução após as Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016, e outros tantos projetos que tem a finalidade do desenvolvimento social tendo o esporte como instrumento. Por pressão e coalizão de várias entidades esportivas, inclusive do próprio Ministério do Esporte, o governo federal alterou o texto da MP 841 e ele perdeu os efeitos aqui descritos. No entanto, essa medida mostra o grau de relevância que o atual governo dá ao esporte.

De acordo com manifesto redigido em conjunto pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE), Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), Organização Nacional das Entidades do Desporto (Oned), Associação Brasileira de Secretários Municipais de Esportes e Lazer (Absmel), Rede Esporte pela Mudança Social e Atletas pelo Brasil, “O esporte é hoje a política pública que mais contribui para retirar da rua crianças e

jovens em situação de vulnerabilidade social, impactando significativamente na redução das desigualdades sociais. Estudos da ONU comprovam a importância do esporte como fator de desenvolvimento humano e da busca pela paz, reduzindo diretamente os gastos das áreas de saúde e segurança pública, além de muitos outros de forma indireta. O Brasil já convive hoje com a falta de uma política esportiva. A redução prevista na medida provisória do pouco que hoje é investido nos esportes educacional, de rendimento e de participação, em alguns anos ocasionará um aumento ainda maior nos já alarmantes índices de violência do país”. Não deixa de ser irônico, não é?

E A PSICOLOGIA?

Atualmente, há uma grande presença de psicólogas atuando em equipes interdisciplinares em confederações, clubes, associações esportivas que são mantidos através de verbas oriundas de políticas como a Lei de Incentivo ao Esporte (que beneficia associações esportivas com projetos de esporte de alto rendimento, educacional e de participação) e Lei Agnelo Piva já citadas acima. Assim, a categoria se beneficia diretamente dessas políticas atuando junto às equipes técnicas e participantes desses projetos sejam atletas de alto rendimento, sejam crianças em vulnerabilidade social. A atuação “na ponta” é possível graças a esses investimentos o que aumenta a responsabilidade da categoria em pautar o esporte como tema transversal para políticas públicas voltadas à garantia de direitos, saúde, educação e assistência social.

A Psicologia do Esporte teve seu reconhecimento como área de especialidade da psicóloga no início dos anos 2000 (Resoluções CFP nº14/2000 e nº13/2007), fruto de um intenso e cuidadoso trabalho de um grupo de psicólogas que se configuram como grandes referências científicas e políticas da área. Esse movimento, que expressa um posicionamento político-ideológico da categoria, buscou a consolidação da Psicologia do Esporte como área da ciência psicológica, sendo prática de pesquisa e intervenção para a psicóloga, visto seu histórico de atuação ao longo de todo o desenvolvimento da Psicologia no Brasil. Há

quem diga que a Psicologia do Esporte é recente no Brasil. Talvez, o que seja recente é a atenção da própria Psicologia e de outras áreas do conhecimento para com a Psicologia do Esporte.

Uma definição de esporte trazida no documento da primeira versão do ainda projeto do Sistema Nacional do Esporte é “um bem cultural, direito social e fator de desenvolvimento humano, definido pelo conjunto de práticas corporais, atividades físicas e esportivas que, pelo envolvimento ocasional ou organizado, exprime um grau de desenvolvimento cultural esportivo, com possibilidades de incidir em aspectos educacionais, da saúde, do bem-estar, pela ampliação de conhecimentos, relações sociais e resultados esportivos”.

Não podemos conceber que esse fenômeno possa ser excluído do interesse e cuidado da Psicologia como ciência e profissão. Ademais, não podemos conceber que a Psicologia esteja de fora de discussões e articulações políticas em prol do desenvolvimento esportivo brasileiro, já que este é um direito social e, pelo apresentado aqui, é um direito garantido a poucos. Ouvimos falar durante a Copa do Mundo que “não é só futebol”, numa clara explicitação que outros fatores estão envolvidos nesse fenômeno. Precisamos perceber, porém, que a frase deveria ser “não é só esporte”. Nossos valores, nossa visão político-econômica, nossos direitos e deveres, nossos preconceitos e violências são manifestados quando nos movimentamos, quando competimos, quando não temos lugar para praticar esporte, quando somos sedentários por não ter aptidão para uma modalidade esportiva, quando reduzimos esporte a uma prática exclusiva, quando achamos que atividade física só se faz na academia, quando a mídia nos fala o que consumir no esporte, quando achamos que esporte é coisa para meninos ou não é lugar de pessoas trans.

Como dizia o sociólogo francês Pierre Parlebas, o esporte é o que se fizer dele. Que tal a Psicologia ajudar a construir um esporte democrático, saudável, acessível e formador (de cidadãos e de atletas)?

Victor Cavallari é especialista em Psicologia do Esporte pelo CFP, doutorando em Psicobiologia na USP e membro da Abrapesp.

Ricardo Picoli é doutorando em Psicobiologia na USP, supervisor do Serviço Escola de Psicologia da UFSCar e membro da Abrapesp.

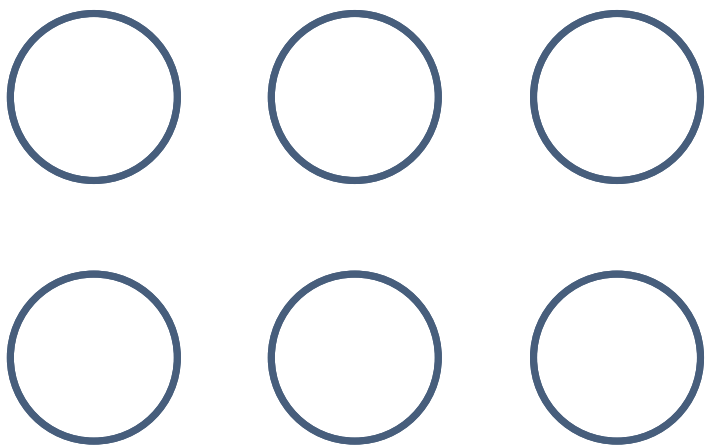
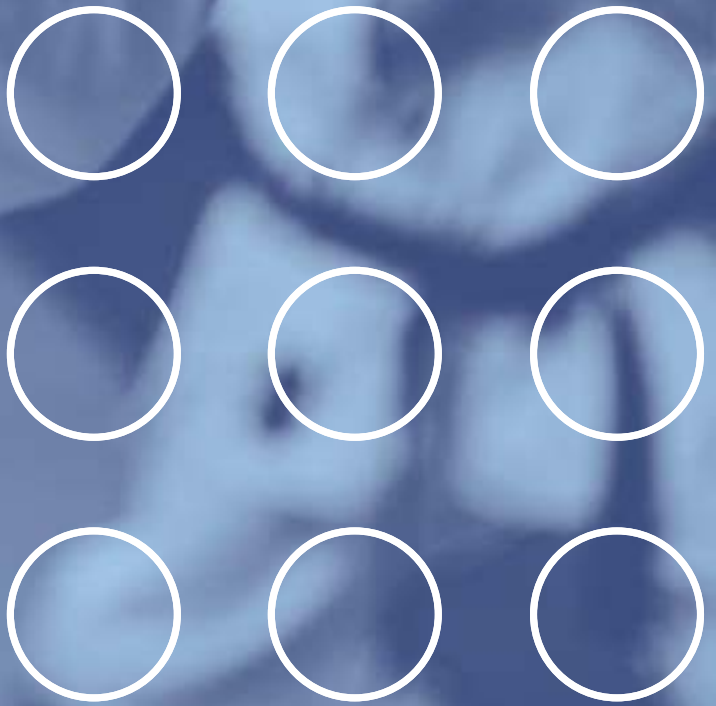
A importância das lutas na promoção do desenvolvimento psicomotor e integral do ser humano

O jiu-jitsu como estratégia para fortalecer as dimensões afetivas, sociais, motoras e cognitivas de crianças com deficiência

Alexandre Romano

Desde 2013, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Manaus (AM) vem utilizando as lutas marciais como estratégia de promoção do desenvolvimento humano. Dessa forma, os servidores da rede municipal de educação Ronnie Melo, João Carlos Silveira e Alexandre Romano, também atletas de jiu-jitsu, criaram o projeto “Aprender, Conviver e Lutar”.

No início, das atividades, seus idealizadores pensavam que a ação teria como público os estudantes do ensino fundamental, mas logo o projeto tomou outros rumos e, no mesmo ano, foi estendido às unidades de educação infantil. O atendimento a todas as crianças, a atenção às crianças com deficiência, sua inclusão e a inserção da família nesse fazer cotidiano eram um desejo dos criadores do “Aprender, Conviver e Lutar”.



Na educação infantil, o jiu-jitsu foi apresentado inicialmente como estratégia de promoção do desenvolvimento humano e de formação de atletas e aos poucos foi ampliando seu escopo para o desenvolvimento do potencial de cada criança e para a promoção do desenvolvimento integral considerando as diversas dimensões - afetivas, sociais, motoras, cognitivas, destacando-se o potencial pedagógico das lutas.

NOVOS PARADIGMAS

Com o decorrer das atividades, seus idealizadores passaram a alimentar a ideia de utilização do jiu-itsu no contexto da educação inclusiva, assim o projeto chegou à Escola Municipal André Vidal de Araújo, destinada ao atendimento de estudantes com deficiência. A direção da unidade aprovou o projeto afirmando que a criança é o ator principal da escola e que seu papel era o de apoiar propostas de desenvolvimento integral dos estudantes.

O projeto atende crianças com transtorno do espectro autista e com paralisia cerebral. A metodologia, conhecida como avatar, se propõe a utilizar o corpo dos professores como vetor de locomoção das crianças e, esta ancorada em teorias interacionistas. O foco passa a ser a socialização e a afiliação dos pais.

As aulas de jiu-jitsu foram ofertadas em um espaço no qual se recriava uma área igual à de lutas com tatame. Diferentes atividades também foram promovidas, como visitas de ícones do jiu-jitsu, como a Família Gracie e o campeão mundial Alexandre Ribeiro. Atletas do Amazonas também participaram dos encontros. Ações externas ao espaço escolar também foram feitas, como a participação no “Voo dos sonhos”, um voo panorâmico pela cidade de Manaus, e aulas de stand up paddle (SUP), no Rio Negro. A mãe de uma das crianças, Jussara Marques, contou que o voo foi a realização de um sonho para seu filho.

Essas ações não geraram custos aos pais, que puderam acompanhar seus filhos em todas as atividades, cumprindo uma das finalidades do projeto, afiliação dos pais.

INSPIRAÇÃO

A metodologia teve grande aceitação por parte de toda a comunidade e os alunos puderam participar de eventos importantes da cidade, como o Campeonato Amazonense de Jiu-Jitsu, que criou uma categoria especial para os/as atletas do projeto chamada “Inspiração”. Ao premiá-los, o sensei e grão-mestre Osvaldo Alves relatou que o esporte liberta os estudantes, “no tatame eles estão livres”.

O faixa preta Ronnie Melo

acredita que o jiu jitsu cumpre, sua finalidade de ser um esporte para todos.

Os familiares foram os melhores parceiros no processo. Helena Araújo, mãe de Marcos Vinicius, que tem transtorno do espectro autista, relata que o jiu-jitsu ajudou muito a criança, principalmente nas relações interpessoais e na coordenação motora.





“As ações sempre envolvem a participação dos familiares, pois são eles que passam a maior parte do tempo com as crianças”. Ela explica, ainda, que os professores ajudam com orientações sobre como lidar com as crianças no dia a dia.

HERANÇA

A metodologia ganhou novos adeptos e vários estagiários que passaram pelo projeto hoje a utilizam em suas vidas profissionais. Um exemplo é o pro-

fessor Cristiano Andrade da Silva, que atua no Instituto Semear, e conta que se não fosse a ação da Semed não saberia como fazer.

O projeto “Aprender Conviver e Lutar” está em toda a rede de educação, nos níveis da educação infantil, ensino fundamental e educação especial. Muitas crianças tiveram a oportunidade de vivenciar a metodologia e aproveitaram a oportunidade para se desenvolver, como conta a diretora Cíntia Câmara, do Centro Municipal de Educação Infantil (Cmei) Padre Gabriel. “Nossas crianças melhoram muito, principalmente no desenvolvimento de sua autonomia.”

O projeto só conseguiu atingir seus objetivos educacionais, pedagógicos e psicológicos, porque os professores acreditam que não estão à frente de um atleta em miniatura, como explica o professor Alexandre Romano: “São crianças em pleno desenvolvimento e temos que oferecer a elas as melhores experiências de forma que consigam desenvolver suas habilidades motoras, afetivas, sociais e cognitivas.”

Romano explica que o projeto só trabalha com professores qualificados, formado em lutas, mas com formação em Educação Física, Pedagogia e Psicologia. “Somente professores habilitados têm condições de entender o desenvolvimento infantil e oferecer atividades adequadas para o desenvolvimento”.

Os idealizadores do projeto acreditam que se você ajuda o jiu-jitsu, o jiu-jitsu vai auxiliar no seu desenvolvimento. Eles são sonhadores que acreditam nas interações e nas brincadeiras e, para tanto, não medem esforços para oferecer o melhor para as crianças, pois consideram que as crianças não são atletas em miniatura, mas indivíduos que necessitam de cuidado para que cresçam felizes.

Alexandre Romano é psicólogo e doutorando em Psicologia. Chefia a Divisão de Educação Infantil da Semed/Manaus e é conselheiro regional de Educação Física do Amazonas (CREF 8).





O racismo continua em campo

Presente em várias modalidades esportivas no Brasil, o preconceito contra negras(os) e indígenas fez surgir iniciativas de enfrentamento ao ódio racial

“O esporte como fenômeno social engloba e carrega consigo os diversos elementos sociais e subjetivos daqueles que dele fazem parte. Mesmo em países como o Brasil, onde a miscigenação entre povos é diversa e flagrante, identificam-se racismo, preconceito e discriminação na sociedade e no esporte não poderia ser diferente”. Essa avaliação é da psicóloga Cristianne Almeida Carvalho, professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Em sua opinião, exclusões no âmbito do gênero e da etnia ainda estão presentes, apesar de campanhas de grandes corporações esportivas, a exemplo da Federação Internacional de Futebol (Fifa), que faz anúncios e exibe faixas em partidas, além de imprimir frases nos uniformes e dar voz aos atletas. “Sabemos o modo de pensar e agir das pessoas, que requerem mais que campanhas informativas para gerar transformações.”

O Observatório Racial do Futebol foi lançado em 2014 para monitorar casos de racismo e injúria racial no futebol brasileiro - ou com brasileiros no exterior - nos estádios ou na internet. De acordo com Marcelo Carvalho, administrador de empresas e criador do Observatório, no futebol brasileiro a democracia racial é um mito. Em quatro anos de existência, a organização não governamental mantida na casa do próprio Marcelo demonstra que o racismo no futebol vem aumentando. “No último ano, monitoramos mais de 49 denúncias de racismo no futebol brasileiro, mas como a maioria não envolve atletas famosos, não temos tanta repercussão dos casos e ficamos com a falsa impressão que diminuíram.”

Cristianne
Carvalho: a
discriminação
resiste

AMBIGUIDADE

Anualmente, o Observatório divulga um relatório com registros de casos de racismo. Em 2014, foram 20. O número aumentou em 2015: 35 registros. Houve uma queda em 2016, com 25 casos. O que parecia um avanço, entretanto, não se repetiu, apesar de diversas campanhas de conscientização.

Marcelo Carvalho nota um posicionamento ambíguo das torcidas. Segundo ele, de modo geral, falam de racismo e exigem punição, quando o caso é com o time adversário. “Se envolver seu clube, no entanto, muitos tendem a diminuir o caso ou defender o acusado e culpar a vítima. Podemos dizer que muitos torcedores não estão de fato preocupados em combater o racismo e o clubismo fica acima da luta contra a discriminação racial.”

O racismo é realidade em várias modalidades esportivas. No futebol, o número de casos é maior, mas já monitoramos histórias no vôlei, futebol americano, basquete, atletismo e ginástica artística, revela o diretor. “Sem falar que uma das formas que podemos perceber é a inexistência de atletas negros em esportes não populares e nos quais é necessário um alto investimento.”

Quando o futebol chegou ao Brasil era considerado um esporte de elite. Logo, as grandes competições não permitiam negras(os). De acordo com o Observatório Racial do Futebol, o registro de “pessoas de cor” foi proibido no futebol carioca em 1907, depois que um jogador negro jogou pelo Bangu, em 1905. A situação ocasionou tentativas de disfarçar a cor. Arthur Friedenreich, primeiro “craque” do futebol brasileiro e filho de um alemão com uma negra, esticava o cabelo para “parecer mais branco”.

A primeira punição contra racismo a um clube no Brasil, de acordo com o observatório, ocorreu apenas em 2005. À época, o Juventude, time do Rio Grande do Sul, perdeu dois mandos de campo e foi multado em R\$ 200 mil por atos racistas contra o jogador Tinga, do Internacional.

DEBATE

São poucas as(os) negras(os), as(os) pardas(os) e indígenas ocupando cargos decisórios no esporte. E também são poucas(os) as(os) atletas negras(os) em certas modalidades esportivas. No artigo “Preconceito racial no esporte nacional”, de 2015, Fabrício Gregório, especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais, e Beatriz Medeiros de Melo, doutora em Sociologia, ambos formados pela Universidade Federal de São Carlos (UFsCAR), destacam que “os padrões de acesso e participação da população negra, em certas modalidades, são desiguais se comparados à população branca. Em algumas modalidades esportivas praticamente não há pessoas negras”. Eles citam como exemplos o hipismo, o golfe, a natação, o automobilismo, o polo aquático, o tênis e outros esportes considerados “finos”, ou seja, da classe dominante. Já esportes considerados populares, como o atletismo, as lutas e uma boa parte das modalidades coletivas, como futebol, basquetebol e handebol, são praticados mais comumente pelas(os) afrodescendentes.

A professora Cristianne Carvalho lembra que a Psicologia do Esporte dedica-se a cuidar da pessoa que pratica atividade física, independentemente da faixa etária, da modalidade esportiva ou dos objetivos no esporte, que podem estar voltados à iniciação esportiva, reabilitação, lazer e recreação, ao esporte de alto rendimento ou, ainda, a reabilitação. “Como especialidade do fazer psicológico, a Psicologia do Esporte está atenta e atuante diante dos diversos fenômenos biopsicossociais presentes naqueles que praticam esportes e atividade física ou que estejam relacionados a esse contexto.”

Em sua tese de doutorado sobre a História da Psicologia do Esporte no Brasil (UERJ, 2012), a professora resgatou algumas das primeiras referências à Psicologia na literatura científica da época da Educação Física no país. Em artigos de periódicos da área do início do século XX, “alguns autores estabeleciam relações entre os aspectos físicos,

morais e étnicos, em busca de um homem forte e ideal para a nação. O higienismo e a eugenia se mesclavam com temas técnicos relativos à medicina e fisiologia, à prática de atividade física. Nesse contexto, fenômenos psicológicos, como, motivação, percepção, vontade, controle dos impulsos e personalidade também estavam presentes.”

Os reflexos ou as consequências da Modernidade ou da Pós Modernidade, como preferem alguns autores, redefiniram e criaram novos padrões de comportamento, modos de pensar e agir no mundo. Estabeleceram, então, novas fronteiras nas relações entre o público e o privado. Os valores morais e o uso de tecnologias impulsionaram mudanças e avanços no universo técnico e científico das diversas áreas de conhecimento, como explica Cristianne

Carvalho. “Mas tais mudanças não eliminaram alguns dos fenômenos humanos e sociais, como o racismo, que não é exclusividade do Brasil, nem do meio esportivo”.



GAVIÕES NO FUTEBOL

O Gavião Kyikatejê foi o primeiro time masculino de futebol indígena a disputar a elite de um estadual de futebol brasileiro, estreando no campeonato paraense em janeiro de 2014. Atualmente, está na série B, mas na próxima temporada pretende subir outra vez para a A. A equipe é formada por indígenas e não-indígenas e tem um propósito: lutar pela inclusão e dar visibilidade ao povo indígena.

A tarefa é árdua. O time ainda sofre preconceito, tanto da torcida como de times adversários, relata Magno Barros, da assessoria do time. O Gavião dá nome ao clube e ao povo que vive no município de Bom Jesus do Tocantins, distante cerca de 450 quilômetros da capital Belém. Devido aos royalties pagos pela Eletronorte e pela Vale por utilizarem faixas da terra indígena, o time pode contar com infraestrutura para treinos e alojamentos confortáveis para os jogadores. Os atletas treinam duro, às vezes com atividades físicas típicas, como a corrida de troncos. E crianças e jovens Gavião já se preparam para suceder os atuais jogadores.

Em março deste ano, o povo Gavião sofreu um duro golpe. A morte, em acidente de carro, de Paulo Aritana Sompri, conhecido como Aru, então com 31 anos. Ele era um dos líderes e ídolos do time. Na temporada de 2013, foi o artilheiro com mais de dez gols marcados. Na época, Aru jogou com o corpo pintado – o preto de guerra e o vermelho de força e vontade, como ele mesmo explicou - seguindo as tradições do seu povo.

Muito

Infância, adolescência e

Ana Flávia Flôres



Praticar atividade física faz bem e é fundamental em todas as etapas da vida. Embora essas palavras soem como um mantra de tanto que estamos acostumados a ouvi-las, a realidade mostra que o Brasil ainda tem um lon-

além do corpo

direitos humanos no esporte

go caminho a percorrer para superar o quadro de sedentarismo da sua população. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), seis em cada dez brasileiras(os) com 15 anos ou mais não praticam esporte ou atividade física regularmente.

O dado alerta para a quantidade de pessoas submetidas aos riscos de uma vida sedentária – que incidem sobre aspectos como saúde, produtividade e qualidade de vida – e também revela o quanto uma ferramenta promotora de desenvolvimento e direitos humanos tem sido negligenciada.

Embora essa seja uma faceta pouco reconhecida, as atividades físicas e esportivas consistem em elementos de grande relevância na promoção do desenvolvimento nacional e do desenvolvimento humano, como ressalta o Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil - Movimento é vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud). Entre os fatores que justificam esse entendimento estão o papel das práticas esportivas como aliadas importantes na promoção de relações que fomentam a amizade e a paz entre grupos, povos e nações, a relevante participação delas no lazer e seu potencial impacto na saúde, educação e economia.

VALORES, IGUALDADE E AUTOCONHECIMENTO

De acordo com Marisa Markunas, professora do curso de especialização em Psicologia do Esporte do Instituto Sedes Sapientiae, por meio da atividade física e esportiva é possível compreender questões como a promoção de valores e de dignidade humana de uma maneira muito ampla. Além disso, trata-se de um entendimento que começa a ser construído cedo, ainda na infância. “A estrutura das atividades precisa promover oportunidades mais próximas do que chamamos de igualdade. Em termos práticos, não posso colocar uma criança ou adolescente que não conhece uma modalidade para competir com um adulto que é especialista nela. Nesse contexto, trabalhar direitos humanos significa ofertar oportunidades em que as condições sejam mais iguais.”

Outra consequência da prática esportiva por crianças e adolescentes consiste no desen-

volvimento das relações sociais. Isso porque mesmo as modalidades individuais são, geralmente, praticadas dentro de um grupo. “As próprias situações de dividir espaços, de organizar as regras, de distribuir oportunidades, de lidar com as frustrações são aprendizados importantes para crianças e adolescentes e que são promovidos de forma efetiva pelo esporte”, avalia Marisa.

Ainda no universo da infância e da adolescência, a prática regular de atividade física resulta no desenvolvimento de capacidades motoras, como saber correr, rolar e saber sentar. Trata-se do primeiro passo para a percepção do próprio corpo e do uso deste corpo em situações que vão além da prática esportiva.

TRANSFORMAÇÕES PARA A VIDA

A prática esportiva contribui para o desenvolvimento de uma consciência social e também amplia a percepção sobre aspectos que incidem diretamente na qualidade de vida e que acompanharão a pessoa ao longo de toda a sua trajetória. Trata-se de comportamentos e atitudes focadas em cuidados com a saúde em uma perspectiva ampla, como alimentação, respiração, consciência corporal e mental e, até mesmo, escolhas com relação ao tipo de transporte utilizado para os deslocamentos cotidianos.

“Quando a pessoa está habituada a praticar atividade física desde a infância e a adolescência, passando pelas fases da vida adulta e chegando à fase do envelhecimento, a gente verifica que os benefícios são inúmeros. Há uma diminuição do risco de doenças, principalmente das crônicas, e a pessoa tem mais disposição, mais energia para lidar com as adversidades da rotina diária”, afirma Luciana Ângelo, coordenadora do curso de aperfeiçoamento e especialização em Psicologia do Esporte e do Exercício do Instituto Sedes Sapientiae.

Embora os benefícios sejam diversos, é fundamental o entendimento de que a prática esportiva consiste em um direito das pessoas, e não em um dever. “As atividades físicas e esportivas realmente auxiliam no desenvolvimento humano quando a gente tem na realização dessa atividade uma decisão da pessoa, quan-

do damos a ela o poder de escolher livremente e conscientemente aquilo que gostaria de fazer”, complementa.

EDUCAÇÃO PARA AUTONOMIA ESPORTIVA

Longe do cenário ideal, contudo, a realidade mostra que apesar da constante preocupação em promover oportunidades para a prática de atividades físicas e esportivas na infância e na adolescência, a oferta dessas mesmas oportunidades é negligenciada na vida adulta. “Crianças e adolescentes têm ao menos algum contato com práticas esportivas dentro da escola ou em projetos sociais. Mas quando você sai do ambiente formal da escola e passa a viver as atividades da vida adulta, onde ocorre a prática de atividade física? Não existem ofertas com facilidade, quase não há possibilidades estruturadas que oportunizem às pessoas uma vida distante do sedentarismo”, avalia Marisa Markunas.

Para além do pouco estímulo, outro fator que contribui para o sedentarismo na fase adulta é a ausência de formação educacional voltada para a autonomia do indivíduo com relação à prática esportiva. Por exemplo, quantas pessoas estão aptas a praticarem corrida de rua ou ciclismo com a segurança e a consciência necessárias para que a atividade física não deixe de ser um benefício para se tornar um problema? Para a especialista, esses fatores, associados à rotina e às demandas da vida adulta, fazem com que aquela criança ou adolescente que foi estimulado e usufruiu dos benefícios da prática esportiva na fase inicial da sua vida perca o costume de se exercitar com frequência.

PARCEIRA NO ENVELHECIMENTO

O esporte permite que diversas capacidades e habilidades sejam desenvolvidas ou estimuladas. Para além dos benefícios do ponto de vista biológico, também há consequências como desenvolvimento da parte cognitiva, ampliação da percepção, da concentração e da capacidade de tomada de decisões. Do ponto de vista social, ainda permite a interação entre as pessoas. “Com todos esses componentes, o impacto que o processo de envelhecimento provoca é minimizado com a prática frequente de atividade física”, explica Franco Noce, doutor em Psicobiologia e coordenador do setor de Psicologia do

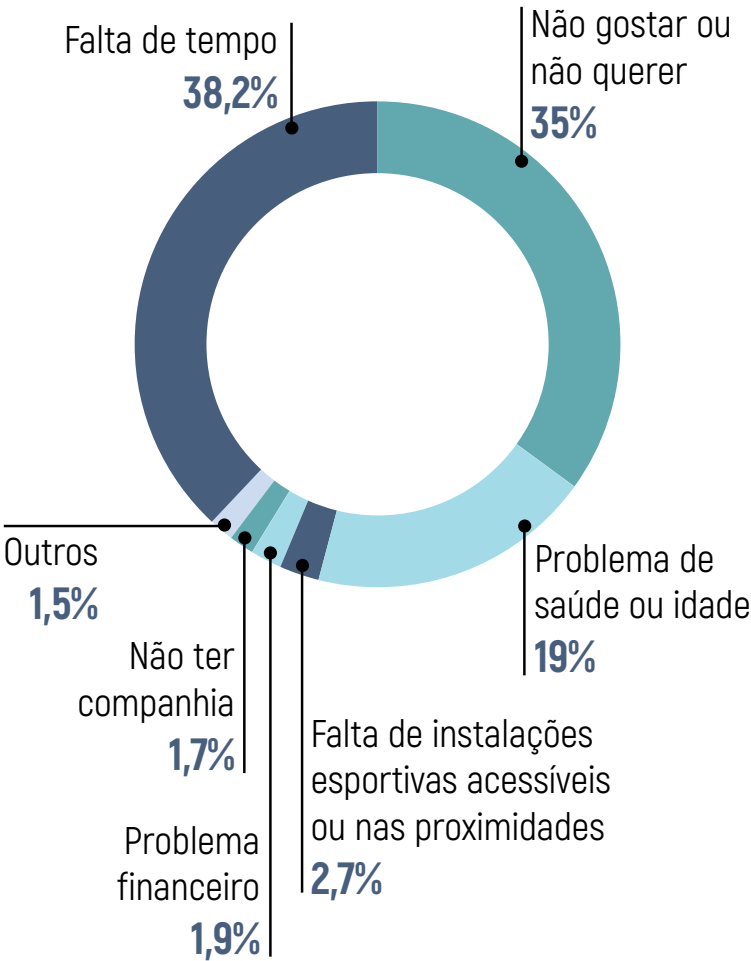
Confira o levantamento do Pnad* sobre



76%

das(os) brasileiras(os)
não praticam esporte

Motivos:



O estresse e sedentarismo causam uma reação em principais causas do aumento da ir



Obesidade



Diabetes



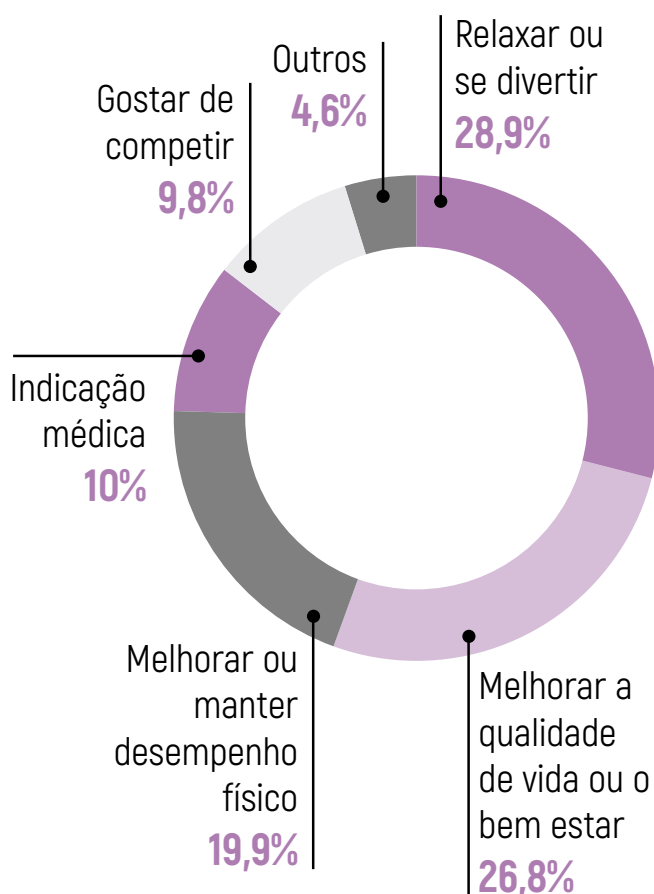
Infarto do
miocárdio

a prática de atividades físicas no Brasil

24% das(os) brasileiras(os) praticam esporte



Motivos:



na cadeia no nosso organismo e mente e é uma das principais causas de incidência de várias doenças, como:



Ansiedade



Colesterol alto



Hipertensão

Esporte do Centro de Treinamento Esportivo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Entretanto, se a taxa geral de brasileiras(os) que pratica atividade física é baixa, ela cai drasticamente quando o recorte etário é de pessoas com 60 anos ou mais. Nesse grupo, apenas 13,4% praticam algum esporte, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015, sendo que 70,7% das(os) brasileiras(os) idosas(os) nunca praticaram esporte.

De acordo com Noce, a prática do exercício físico e do esporte na terceira idade deve ser amplamente difundida e estimulada. “A gente observa que a prática do exercício sistematizado tem resultados muito positivos tanto do ponto de vista biológico quanto psicológico e social, inclusive recuperando indivíduos que estão num quadro de ‘pré-frágil’ e retornando eles para um quadro de ‘robusto’. O especialista explica que o idoso frágil ou pré-frágil, além de consumir muito mais medicamentos do que uma (um) idosa (o) robusta (o), demanda muito mais da máquina pública de suporte e atenção à saúde.

Segundo o doutor em Psicobiologia, o aumento da expectativa de vida da população brasileira tem resultado no agravamento do quadro de adoecimento mental relacionado a enfermidades do envelhecimento. “Em especial para casos de demência, exercícios ou esportes que ajudem a estimular o componente cognitivo funcionam muitas vezes como mecanismo de proteção contra o agravamento e até mesmo o desenvolvimento dessas doenças.”

RISCO

Todas(os) as(os) especialistas concordam com a relevância da prática esportiva para a qualidade de vida de cada indivíduo, mas também para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante. Seja no início da vida, quando corpo, mente, personalidade e percepções de mundo estão em intenso processo de construção, seja nas etapas que a sucedem e consolidam a fase adulta, a prática esportiva não pode ser abandonada sob risco de termos uma sociedade cada vez mais doente não só do ponto de vista biológico, mas também social e humano.



Andréa Pesca:
avaliação
psicológica é
mais ampla do
que um teste
psicológico

Avaliação Psicológica

Instrumento a serviço da(o) atleta

“A avaliação psicológica no contexto esportivo permite traçar habilidades e competências da (o) atleta para ajudá-lo a lidar com suas fraquezas, manter e equilibrar suas forças e conhecê-lo como um todo.” É o que afirma Andréa Duarte Pesca, psicóloga do Esporte, professora do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (Cesusc) e pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Ela ressalta que devemos olhar para uma (um) atleta como um ser humano que está em desenvolvimento de suas crenças e valores, muitas dessas estabelecidas em seu contexto familiar, portanto, antes mesmo de estar no contexto esportivo. Todos estes aspectos devem ser levados em consideração na hora da avaliação e somente após a aprovação do atleta é que os resultados desse processo serão repassados à comissão técnica para ajudar os demais profissionais a conhecerem essas habilidades e competências psicológicas do desportista e saber lidar com ele de maneira mais eficaz, produtiva e saudável.

O psicólogo do Esporte Yghor Queiroz Gomes revela que a avaliação deve ocorrer sempre que se inicia ou implanta um programa de treinamento ou de intervenção. “É importante levar em consideração que o processo de avaliação psicológica deve iniciar logo no primeiro contato com a (o) atleta ou a equipe, lembrando que este processo de avaliação é muito mais do que aplicar testes ou questionários.” Na opinião de Gomes, que também é conselheiro e coordenador da comissão de Psicologia do Esporte do Conselho Regional de Psicologia de Minas

Gerais (CRP 4ª Região), a avaliação é um estado permanente de atenção da (o) psicóloga (o) frente seu objeto de estudo ou trabalho. “Estamos o tempo todo observando, avaliando, levantando hipóteses e reavaliando ações e resultados, sempre considerando as particularidades de cada modalidade e sua periodização.”

A avaliação psicológica é utilizada em diversos contextos esportivos. “Nos clubes de alto rendimento e de iniciação esportiva, por exemplo, ela serve para traçar perfis psicológicos, avaliar as relações sociais da equipe e também identificar lideranças. Também é usada na área de desenvolvimento pessoal”, explica Gomes. A avaliação psicológica é uma ferramenta poderosa para a tomada de decisão e pode trazer benefícios para os indivíduos no desenvolvimento de habilidades específicas.

EXPERIÊNCIA

A pesquisadora e psicóloga Andréa Pesca faz avaliação psicológica desde o início da sua trajetória em Psicologia do Esporte, o que inclui um clube de futebol profissional no qual trabalhou por quase nove anos – experiência que abrange desde os atletas em formação até a equipe profissional. “Todas estas experiências foram positivas”, afirma. As dificuldades encontradas por ela foram a diferença de filosofia de trabalho com as comissões técnicas e a incompreensão sobre o real valor da avaliação. As dificuldades foram poucas, e a maioria das (os) técnicas (os) utiliza os resultados da avaliação de forma ética e eficaz, garante. O resultado do trabalho, como explica, é o aprimoramento técnico e psicológico de cada atleta e da equipe.

“A avaliação psicológica é um primeiro passo para estabelecer os próximos procedimentos de intervenção de uma forma estruturada e eficaz”, conclui a psicóloga.

A prática do psicólogo Yghor Gomes está mais vinculada ao trabalho com árbitros de algumas modalidades, entre elas do futebol. “Desde meu primeiro contato com este meio tenho buscado conhecer melhor a arbitragem, e cada vez mais me deparo com um atleta de altíssimo rendimento - seja técnico, físico ou mental”. Segundo o psicólogo, ao árbitro não é permitido o erro. Ao mesmo tempo que novas tecnologias são criadas para auxiliá-los, dentro e fora de quadra ou do campo, algumas características e habilidades sempre serão demandadas, como a atenção, o foco, a resiliência e o tempo de reação. “Para desenvolver estas habilidades, precisamos primeiro avaliá-las para, em seguida, traçar as metas a serem alcançadas”.

COTIDIANO

Em se tratando da avaliação psicológica existem alguns desafios. Apesar da lei que instituiu a Psicologia como profissão regulamentada estabelecer que a (o) psicóloga (o) é a única (o) profissional habilitada para exercer a atividade de diagnóstico psicológico, na avaliação psicológica isso não ocorre no nosso dia a dia, denuncia Yghor Gomes. Segundo ele, “temos profissionais com outras formações oferecendo ou até mesmo fazendo este trabalho, pessoas que desconhecem as consequências prejudiciais de uma avaliação psicológica de baixa qualidade técnica e científica”.

A avaliação psicológica tem sido considerada um desafio até mesmo para a Psicologia em seus diversos campos de atuação, às vezes confundida apenas com um processo simplista ou com o uso de um único instrumento, devido à falta de clareza de seu significado. De forma geral, explica que a avaliação psicológica pode ser definida como um conjunto de técnicas e procedimentos que tem como objetivo verificar determinadas características psicológicas de uma pessoa, nos mais diversos contextos, almejando





diferentes objetivos. “Logo, nossas decisões trazem em si possibilidades diversas, assim como limitações e impedimentos para o atleta avaliado. Podemos maximizar resultados, ajudar a formar grandes atletas e ainda interromper uma carreira ou apenas atrasar seu desenvolvimento”, acredita o psicólogo.

Andréa Pesca apresenta como um dos desafios nesta atividade o fato de muitas (os) psicólogas (os), por não compreenderem o principal objetivo da avaliação e por isso não utilizarem seus procedimentos de forma ética e eficiente. “Vale ressaltar que avaliação psicológica é mais ampla e consistente do que um teste psicológico, que é apenas uma ferramenta. A avaliação psicológica inclui procedimentos como a entrevista, a observação, as técnicas e os questionários”.

Do ponto de vista ético, Andréa Pesca reforça que a (o) psicóloga (o) que avalia deve entender todos os procedimentos, deve ser criterioso e conhecer as limitações da própria avaliação psicológica. Enfim, “não deve se submeter à pressão para utilização de determinado procedimento se este não for o melhor para o momento; ter familiaridade com todo o processo, ou seja, conhecer as questões científicas e empíricas da avaliação psicológica no contexto esportivo”, enumera.

Já Yghor Gomes relata que, em contato com diversos grupos e equipes de diferentes modalidades, é frequente ouvir relatos de que foram “usados” em pesquisas das quais nem sempre recebem uma devolutiva ou tomam conhecimento dos resultados. “Isto por si só já seria uma falta ética, mas o pior é a exposição indiscriminada dos indivíduos em situação de avaliação psicológica ou no uso das informações sem o atleta ter pleno entendimento do processo ao qual foi submetido” alerta o psicólogo. Ele conclui: “Temos como obrigação resguardar o direito do avaliado e respeitar nosso código de ética, mesmo entendendo as particularidades da nossa atuação no meio esportivo. Cabe ao psicólogo pensar sobre o fazer da psicologia e suas possibilidades”.





Tornar-se profissional da Psicologia do Esporte

Novas vocações surgem e caminhos são traçados na universidade

A Universidade de Brasília (UnB) foi inaugurada em 21 de abril de 1962 sob inspiração do antropólogo Darcy Ribeiro e do educador Anísio Teixeira. Nasceu com a promessa de reinventar a educação superior e formar profissionais engajadas (os) na transformação do país. Do período pós-golpe até a redemocratização do país, a universidade vivenciou tempos difíceis, com várias invasões e repressão policial. Hoje, a UnB reúne, apenas no campus Darcy Ribeiro, projetado por Oscar Niemeyer, mais de 9 mil alunas (os) na graduação. É justamente neste espaço que novas vocações surgem e caminhos são traçados.

A professora Regina Sucupira Pedroza, do Instituto de Psicologia da UnB, criou em 2008 a disciplina optativa Psicologia do Esporte e do Exercício. Graduada, com licenciatura, mestrado e doutorado em Psicologia pela UnB, Regina fez seu pós doutorado em Sciences de l'Education pela Universidade Paris V. Sempre tendo a Psicologia Escolar e a formação de professores como norte de sua carreira acadêmica e profissional, a motivação pessoal e o amor ao esporte a levaram a criar a disciplina no âmbito da Psicologia. Ofertada pela última vez no segundo semestre de 2016 e novamente no segundo semestre de 2018, a disciplina tem turmas lotadas. Tanto que recentemente conquistou o status de “altamente recomendável” às (aos) alunas (os).

Regina Pedroza, que também é conselheira do Conselho Federal de Psicologia, enfatiza que o ensino da Psicologia do Esporte na gradu-

ação de Psicologia aponta às (aos) alunas (os) mais uma possibilidade na carreira. “A graduação é generalista. Ninguém sai especialista, mas é importante conhecer os vários campos da Psicologia.” Em sua opinião, a formação da (o) psicóloga (o) do esporte se dá como em qualquer outro campo da Psicologia. Segundo a professora, há várias experiências positivas e é preciso construir o fazer na Psicologia do Esporte para que seja mais conhecida.

Em suas aulas, ela questiona a busca pela criação de um comportamento para a vitória, adotada por várias teorias e dá ênfase a uma perspectiva mais humanista. Ela aponta, além dos esportes de alto rendimento, nos quais a inserção da (o) psicóloga (o) do esporte e do exercício é mais visível, outras áreas de atuação, como no tratamento de doenças crônicas e a reabilitação. A professora vê com bons olhos também a atuação da (o) psicóloga (o) na educação esportiva dentro das escolas e envolvido nas questões da comunidade. E dentre os temas de interesse da área estão questões de gênero e a transição da carreira esportiva, prevendo a aposentadoria da (o) atleta.

“O ESPORTE NÃO EDUCA POR SI SÓ”

Embora haja interesse e curiosidade das (os) alunas (os) quanto à Psicologia do Esporte, há também o desinteresse gerado por falta de opção de trabalho. A grande maioria acaba optando pela clínica ao final da graduação, mais por uma questão mercadológica e de autonomia.

“O esporte não educa por si só. Tem que haver uma ética profissional e pessoal”, reafirma a professora. Regina Pedroza cita o exemplo das escolas de futebol mantidas pelos grandes clubes nacionais em Brasília. Crianças e jovens selecionadas (os) pelas (os) ‘olheiras (os)’ mergulham desde bem cedo neste universo do futebol com treinos exaustivos durante todo o dia. “É necessário fazer uma crítica maior a esta realidade”, diz a professora, lembrando que se cria algo ilusório nas (os) jovens e elas (es) acabam acreditando que irão se tornar craques e ganharão muito dinheiro no esporte. Uma porcentagem mínima destas (es) jovens vai ser aproveitada no futebol profissional. Sob seu ponto de vista, esta é uma prática que se torna perversa. Regina Pedroza cita o exemplo de crianças que são retiradas da família com promessas de que vão se dar bem na vida, saem da escola regular para treinar durante o dia e estudar à noite. Um desses jovens, de Brasília, se dedicou a uma intensa rotina de treinos, esperando ser chamado por algum time de futebol. Então, foi dispensado. “Ele não sabia fazer mais nada.” No fim das contas, ele mergulhou em uma grave depressão, o que levou a sua mãe a buscar ajuda junto às (aos) psicólogas (os) da clínica da UnB.

Outro caso, relatado em um estágio, foi um atendimento feito às meninas – de 10 e 12 anos – atletas da ginástica rítmica. Grande parte do grupo estava praticando o esporte pelo desejo das mães e a psicóloga foi chamada a intervir e encontrou algumas crianças totalmente travadas e outras negando querer estar ali.

IDENTIDADE

Para trabalhar com Psicologia do Esporte, a (o) aluna (o) tem que saber que não será uma (um) psicoterapeuta e que tem, necessariamente, que gostar da área, ter uma identidade, a motivação intrínseca pelo esporte, explica Regina Pedroza. A professora inclui debates sobre a questão ética e “a serviço de quem a Psicologia vai estar”. “A minha Psicologia é mais humana, com espaço para pensar questões como os direitos humanos, o desejo de quem pratica o esporte e o exercício”.

A BUSCA DE HUGO PINHO

O psicólogo Hugo Soares Pinho sempre vivenciou o esporte. Como atleta – de basquete e futebol – e depois na sua formação acadêmica e pro-

fissional. Ele se graduou em 2012 na UnB, na licenciatura e em Psicologia Clínica. Naquela época, com desejo de se especializar em Psicologia do Esporte e com muitas dúvidas sobre como fazê-lo, procurou por palestras e estágios. Também fez visitas técnicas. Finalmente, em 2014, ingressou no mestrado em Desenvolvimento Humano e Saúde, do Instituto de Psicologia da UnB, sob orientação da professora Regina Pedroza.

O objeto de sua pesquisa acadêmica foi exatamente este: A Psicologia do Esporte e o Psicólogo – uma formação necessária. E a metodologia utilizada incluiu entrevistas qualitativas dirigidas às (aos) profissionais da Psicologia do Esporte com carreira e formação consolidadas. Hugo Pinho adotou a perspectiva do autor e psicólogo Carl Rogers para pensar o “tornar-se uma pessoa” e compreender o processo de “tornar-se psicólogo do esporte”. Com este enfoque mais humanista na Psicologia, o mestrando traçou o caminho indicado por Rogers, “o de enfrentar novas situações, desafios, mudanças, que está ganhando confiança e descobrindo novos aspectos sobre si mesmo”.

Atualmente ele atua como psicólogo do Esporte no Capital, time de futebol profissional de Brasília, e também no Bravus, equipe de futebol amador. Avaliando os tempos de universidade, Hugo Soares Pinho considera que a base acadêmica não foi suficiente para dar-lhe as ferramentas necessárias para ele se tornar um psicólogo do Esporte, mas foi a soma de uma boa base em Psicologia com a prática que consolidou sua formação. Na conclusão de sua dissertação, ele pondera que a Psicologia no Brasil é abrangente, ampla e generalista. Em sua opinião, as (os) futuras (os) psicólogas (os) não se sentem confiantes para exercerem a profissão, por isso ele defende a oferta de estágios, ou seja, poder ver na prática as reais demandas da área. Atualmente, sua equipe conta com quatro estagiárias (os), fato raro para uma cidade como Brasília, com pouca tradição e oferta em esportes.

TRAMA DA MODALIDADE

Se inserir na modalidade esportiva, acompanhar treinos e jogos e conversar com a (o) técnica (o) do time para desvendar “a trama da modalidade” são regras de ouro no ofício, assim como ler textos da área e trabalhar com esportes de alto rendimento.

Em esportes coletivos que demandam relações interpessoais, o psicólogo criou momentos conjuntos com a equipe de futebol. Assim que cada partida termina, ele faz atendimento em grupo e pauta a reflexão sobre o jogo. “Dou a palavra para que cada um fale de si mesmo e do outro, faço a dinâmica e discutimos os erros e os acertos”, revela Hugo Pinho. O objetivo não é eliminar os erros, mas sim elaborar os erros.

Em termos de abordagem, embora a literatura indique a cognitiva comportamental, todas as demais conseguem lidar com a Psicologia do Esporte. A Psicologia do Esporte existe há mais de cem anos no mundo e no Brasil apenas engatinha, lamenta o psicólogo, ao lembrar o Barcelona que contava com três psicólogos por atleta. Ou a seleção alemã, que na Copa de 2014, no Brasil, trouxe apenas um departamento completo: o de Psicologia.

A APOSTA DE ESTER LIMA DUARTE

Entre 2010 e 2016, Ester Lima Duarte viveu intensamente como atleta de alto rendimento, viajou o Brasil inteiro e participou de torneios na sua especialidade – o tênis de quadra na cadeira de rodas. Com a rotina pautada por treinos, viagens e mais treinos, ela se questionou bastante, principalmente o pouco interesse que tinha na competição por si só. “É preciso ter sangue no olho”, reflete Ester, lembrando que colegas atletas que amavam competir conquistaram medalhas em competições paraolímpicas internacionais. Mas não era o seu caso.

Simultaneamente, Ester Duarte cursava Psicologia na UnB onde conheceu e decidiu seu futuro na Psicologia do Esporte. Á época, fez estágios e, no primeiro deles, obtido por meio de um programa de extensão da Faculdade de Educação Física, pôde acompanhar as (os) atletas que treinavam saltos ornamentais no Centro de Excelência da UnB na época das Olimpíadas de 2016. A estudante teve então a oportunidade de conviver com equipes do mundo inteiro, vivenciando o cotidiano do esporte, das (os) atletas e das (os) técnicas (os).

O próximo estágio foi em uma escola de tênis, no universo de alunas (os), crianças e adolescentes. “Como em qualquer esporte de alto rendimento, os treinos eram intensos”, recorda. “E os treinadores muito rí-

gidos.” O primeiro passo foi estabelecer uma espécie de parceria com as (os) técnicas (os). “Senão não funciona”. Depois, anamnese com cada uma (um) das (os) alunas (os) e mãos à obra com dinâmicas dirigidas às (aos) jovens e conversas com a família. “Os pais criam muita expectativa. Não tratam o esporte como lazer, mas sim como mera competição que pode gerar uma bolsa de estudos nos Estados Unidos”. Assim, Esther aprendeu que seu papel era ajudar crianças e adolescentes a lidar com o estresse, com a tensão e se divertir. O resultado na performance é uma consequência, acredita.

ESPORTE, MENTE E EVOLUÇÃO

Um dia o estágio acabou e a formatura veio acompanhada de uma dúvida. Era realmente este o caminho? Seguiram-se meses de estudos, cursos on-line, leituras e reflexões. E ela optou pela Psicologia do Esporte. A recém-formada abriu um consultório dedicado totalmente ao campo e instituiu a marca “Esporte, mente e evolução” para lidar apenas com a Psicologia do Esporte. Hoje, ela tem clientes esportistas, a maioria crianças e adolescentes e, como metodologia, envolve a (o) treinadora (or) e a família.

Em Sobradinho, cidade do Distrito Federal, dá assistência a um grupo de caratecas, alunas (os) de uma academia. Atende ainda maratonistas, praticantes de judô, tenistas e atletas paralímpicos. “Existe uma demanda no Distrito Federal, mas tudo é muito novo ainda”, afirma a psicóloga. Ester continua treinando e vivendo como uma atleta de alto rendimento do tênis de campo em cadeira de rodas. Simultaneamente, estuda e se aperfeiçoa. “Estudo o tempo todo”, admite, inclusive regras e dinâmicas de vários esportes.

Regina
Pedroza:
Amor ao
esporte



Foto: Rodrigo Farhart



No combate, com espaço para o afeto

Thabata Castelo Branco Telles

Thabata Castelo Branco Telles é psicóloga e atualmente faz um doutorado sanduíche na França. A busca do saber no campo da Psicologia do Esporte lhe indicou um caminho – ela pesquisa o corpo a corpo no combate na comparação entre três modalidades de luta, o caratê, o MMA e a capoeira. Praticante de artes marciais desde a infância, a doutoranda relata à Revista Diálogos sua trajetória e a importância do gostar e do afeto, resultando em um forte entrelaçamento pessoal e profissional nos seus estudos e práticas em Psicologia.

“Nascida em Fortaleza, foi lá também que conheci o esporte e a Psicologia do Esporte. Comecei a praticar caratê com 9 anos e, de lá pra cá, conheci e pratiquei também outras artes marciais e esportes de combate, hábito que mantenho até hoje. No meu primeiro ano de faculdade em Psicologia, ouvi falar da Psicologia do Esporte, mas havia pouco o que encontrar, além de livros e artigos. Consegui fazer alguns estágios, mas me dediquei mais à formação em Psicologia Clínica, por achar que não conseguiria trabalhar com Psicologia do Esporte. Para minha surpresa, pouco tempo após me formar, recebi um atleta na clínica, indicado por colegas. Assim, vi a necessidade de me especializar na área: fiz curso em São Paulo (região que até hoje concentra boa parte dos estudos e atuações neste campo), obtive o título de especialista pelo Conselho Federal de Psicologia, por meio de prova, e consegui continuar trabalhando na área, paralelamente com a clínica. Foi também nesse período que conheci e me vinculei à Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (Abrapesp).

Em seguida, atuei como professora em algumas instituições de ensino superior e destaco a Universidade de Fortaleza (Unifor), a primeira com a disciplina de Psicologia do Esporte no Ceará, da qual fui professora. Esta universidade ofereceu suporte para que contássemos também com estágios supervisionados na área. Na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), durante um semestre, me ocupei de uma disciplina de tópicos especiais sobre corpo e movimento. Nesta mesma universidade, também foi possível contar com estágios e trabalhos de conclusão de curso em Psicologia do Esporte. Nes-

se sentido, apesar de ainda não ser muito comum, podemos aos poucos encontrar a Psicologia do Esporte no contexto da formação acadêmica em Psicologia no Brasil.

Finalmente, no doutorado, consegui unir vários interesses pessoais e acadêmicos, por meio de uma pesquisa que busca compreender o corpo a corpo no combate através de uma comparação entre o caratê, a capoeira e o MMA, com base na fenomenologia de Merleau-Ponty, especialmente nas temáticas relativas ao corpo, movimento, percepção e aprendizagem. O caminho para encontrar orientação foi árduo, mas felizmente encontrei um laboratório que trata de estudos fenomenológicos em Psicologia do Esporte, especialmente em artes marciais e esportes de combate, sob orientação do professor Cristiano Barreira, na Universidade de São Paulo (USP). Contudo, uma vez que o laboratório conta com uma perspectiva mais clássica da fenomenologia (a partir de Husserl e Stein), optamos pela realização de estágios doutorais nos Arquivos Husserl de Paris (ENS/CNRS), sob orientação do professor Étienne Bimbenet, tendo em vista o aprofundamento na fenomenologia de Merleau-Ponty, para discutir os achados através de entrevistas, que foram realizadas com 29 lutadores, dentre eles só uma mulher, o que me fez atentar mais às questões de gênero nesta área (o que também me afeta na prática com as lutas). Este olhar crítico tem ainda permitido discussões importantes sobre os processos históricos, culturais e, principalmente, de “esportivização” nessas modalidades combativas.

CAMINHO INVERSO

Esta narrativa aponta forte entrelaçamento pessoal e profissional em meus estudos e práticas em Psicologia do Esporte. Se muitas vezes tamanho envolvimento parece ser evitado em nossa área, o caminho final da minha pesquisa de doutorado, juntamente com minha prática pessoal, parece ressaltar um caminho inverso: proponho justamente a elucidação de nossos envolvimento com o mundo, tendo como consequência novas propostas teórico-metodológicas para que possamos permitir certos afetos e afetações, sem que percamos o olhar ético e em constante compromisso com o campo científico da Psicologia”.

Futebol, uma paixão avassaladora

Na convivência com árbitros, jogadores e técnicos uma coisa em comum: resistência, desconhecimento e preconceito em relação ao trabalho do profissional da Psicologia

Preferência nacional, espaço mítico de disputa, o futebol reina absoluto no coração das (os) brasileiras (os). Cantado em verso e prosa, a pouca fé das (os) brasileiras (os) na equipe que ia disputar a Copa do Mundo de 1958 levou Nelson Rodrigues a cunhar a expressão “complexo de vira-latas”. O cronista entendeu que o povo brasileiro não apoiava sua seleção de futebol da época – recheada de craques como Mané Garrincha e o novato Pelé – devido à inferioridade em que se colocava, voluntariamente, em face do resto do mundo. Rodrigues escrevia na época que “qualquer jogador brasileiro, quando se desamarra de suas inibições e se põe em estado de graça, é algo de único em matéria de fantasia, de improvisação, de invenção”. É no futebol, espaço das subjetividades, de vastas emoções, que várias (os) psicólogas (os) do Esporte atuam, alguns experientes outros recém-formadas (os). Na experiência de todas (os), em comum o dia a dia em lidar com a diversidade de atores envolvidos – árbitras (os), jogadoras (os), técnicas (os), e uma certa resistência, desconhecimento e até mesmo preconceito em relação ao trabalho.

O primeiro artigo sobre Psicologia do Esporte no Brasil, do pioneiro João Carvalhaes, foi publicado ainda na década de 40 do século passado. Não por acaso, o trabalho tratava do estresse vivenciado pelas (os) árbitras (os) de futebol. Hoje em dia, sujeitas (os) à violência física, agressões da torcida, pressão da mídia e das redes sociais, a (o) árbitra (o) tem que lidar com todos estes fatores, manter o controle emocional durante a partida e adotar certa postura de lorde, como era identificado nos primórdios do esporte criado na Inglaterra no final do século XIX. Como se não bastasse, a (o) juíza (o) de

futebol deve ter preparação física igual ou superior às (aos) das (os) jogadoras em campo. Afinal, ela (e) corre atrás da bola os 90 minutos da partida.

Camilla Baptista Motta Fernandes, psicóloga formada pela Universidade Federal de Goiás (UFG), atuou primeiro como estagiária e depois como profissional contratada pelo Sindicato de Árbitros de Futebol do Estado de Goiás em parceria com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Ela é responsável por acompanhar cerca de cem árbitros de diferentes categorias, como as séries A, B e C dos torneios, 24 árbitros de campeonatos nacionais e três de campeonatos internacionais.

A psicóloga afirma que, de acordo com estudos já publicados, o estresse das (os) árbitras (os) é comparado às (ao) das (os) policiais e bombeiras (os), com índice bem significativo de burnout. Durante uma partida de futebol, correm em média 16 quilômetros enquanto as (os) jogadoras (es) perfazem cerca de 11 quilômetros. O esforço físico faz com que as (os) árbitras (os) s percarn em torno de seis quilos por partida.



COMPORTAMENTO

“Não há trabalho individualizado, mas em grupo”, explica Camilla Fernandes que acompanha os treinos físicos, torneios e concentrações. Bailarina desde os 3 anos, ela utiliza a disciplina e a consciência corporal no trabalho que desenvolve como psicóloga do Esporte. E é no momento anterior aos treinos físicos dos árbitros, com abordagem na análise do comportamento, principalmente, que ela coordena práticas de alongamento e trabalho respiratório. A atenção e a prevenção à fadiga e a possíveis lesões, a recuperação da respiração em meio à partida, a visualização de jogadas futuras, a tomada de decisão e o controle das emoções são alguns dos pontos trabalhados pela psicóloga junto das (os) árbitras (os).

Em uma profissão na qual o erro pode influenciar o resultado final de uma partida, Camilla dá destaque ao treinamento para a tomada de decisão, justamente para que a falha não ocorra. Caso contrário, ela trabalha também a aceitação do problema.

DISCIPLINA

A arbitragem brasileira é a primeira da América do Sul a ter à disposição uma profissional para preparar o fator psicológico de seus árbitros e assistentes. A psicóloga Marta Magalhães, com vasta experiência em Psicologia Clínica e Escolar é pioneira neste campo. Em 2004, iniciou em São Paulo um trabalho voltado às (aos) árbitras (os), com palestras e atendimentos. Em 2007, começou a atuar mais diretamente junto aos árbitros da CBF, esforço reconhecido e que ajudou, ao longo dos anos, a convencer federações estaduais de futebol a formarem suas próprias equipes. Hoje são cerca de 20 psicólogas (os) do Esporte que atendem árbitras (os) em quase todo o país.

Desde o início, Marta Magalhães buscou o aperfeiçoamento na Psicologia do Esporte – ela foi aluna da segunda turma de especialização no Instituto Sedes Sapientiae em São Paulo e estagiou em várias modalidades esportivas. Com mais de dez anos na CBF, cerca de 5 mil árbitras (os) estão sob sua responsabilidade direta ou indireta. Elas (es) atuam nas partidas do campeonato brasileiro (Séries A, B, C, e D), na Copa do Brasil (masculino e feminino), nas categorias Sub-20 e Sub-17 e também atuam em jogos internacionais.

Ela explica que a Comissão Nacional de Arbitragem organiza a preparação dos árbitros brasileiros a partir de quatro pilares: o técnico – pautado pelo conhecimento de 17 regras (Livro de Regras do Jogo), pela atuação em campo, pelas avaliações teóricas e pelos gestuais; o pilar físico, relacionado às necessidades do treinamento e da avaliação física; e o pilar social, que procura entender as diversidades de cada estado, com seus hábitos, costumes e questões climáticas, e que busca aproximar a linguagem comum do meio, promovendo uma comunicação mais clara, coesa e nítida no campo de jogo; e o pilar mental, nome dado à atuação da (o) psicóloga (o) do Esporte no trabalho com as habilidades e competências pautadas pela concentração, foco, poder de decisão e controle das pressões.

AWARENESS

Marta Magalhães reconhece que o início da sua atuação envolveu também um trabalho de convencimento que, de certa forma, contribuiu para derrubar resistências em torno



da Psicologia. Por outro lado, a disciplina e o zelo por parte da CBF, que no início causaram certo estranhamento, ajudaram a organizar o trabalho de forma positiva.

A psicóloga explica que a prática da Psicologia do Esporte, no tocante às (aos) árbitras (os), é pautada na abordagem da Gestalt-terapia, com ênfase na tomada de consciência (awareness), no aqui agora, no como decidir e também nas atuações presentes. De acordo com a psicóloga, a preparação mental das (os) árbitras (os) os leva, por exemplo, a se desligarem de insultos e provocações, mesmo com um Maracanã lotado e uma torcida de 70 mil expectadoras (es).

Os conteúdos psicológicos que são trabalhados junto às (aos) profissionais da arbitragem são vários. São habilidades como concentração, atenção, tomada de decisão; são fatores que estimulam o desenvolvimento da concentração e a tomada de decisão; e também a criação de quadro de controles, como o pensamento, a atenção, a ativação e a atuação. Outro tema é o autocontrole e isso está relacionado ao controle respiratório, estresse e ansiedade, comunicação, confiança, coesão, atenção e prática mental, motivação, ativação, relaxamento e prevenção do esgotamento físico.

VAR

Atualmente a psicóloga tem a atenção voltada ao treinamento no sistema de vídeo-arbitragem VAR (sigla em inglês para video assistant referee, ou árbitro assistente de vídeo). Em destaque durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2018, a utilização do vídeo em partidas de futebol é uma tecnologia 100% nacional, idealizada por Manoel Serapião, diretor-técnico da Escola Nacional de Arbitragem de Futebol (Enaf) e adotado pela International Football Association Board (Ifab). Nas quartas de final da Copa Brasil de 2018, As (as) torcedoras (as) brasileiras (os) vão poder assistir à participação das “árbitras (os) de vídeos” nos campos do território nacional.

FIFA

Aos 38 anos, o goiano Fabrício Vilarinho é árbitro da Federação Internacional de Futebol (Fifa), portanto credenciado a apitar jogos em torneios internacionais como a Copa do Mundo ou a Libertadores da América. No Brasil são 28 árbi-

tras (os) Fifa, homens e mulheres. “Somos muito cobrados”, admite Vilarinho. Para além de todo estresse vivenciado por uma (um) profissional da arbitragem, aqueles que atuam em disputas internacionais representam a arbitragem brasileira. Então, é mais cobrança. É aí que o trabalho das (os) psicólogas (os) do Esporte faz toda a diferença. “Realmente dá resultado”, garante Vilarinho se referindo ao acompanhamento feito pelas psicólogas Marta Magalhães e Camila Fernandes.

As (os) árbitras (os) são cada vez mais exigidos, tanto do ponto de vista físico, como do técnico e psicológico. “Temos que lidar com o estresse. O árbitro tem que decidir, em média, 170 vezes por partida: faltas, gols, pênaltis e cartões.” A Psicologia do Esporte fornece às (aos) árbitras (os) os instrumentos para lidar com cada desafio. Vilarinho revela que, por exemplo, o trabalho de atenção à respiração rendeu maior concentração durante os jogos e que o contato com as (os) profissionais da Psicologia é constante e realizado de várias formas – pessoalmente, via Skype, telefone e por WhatsApp. Periodicamente as (os) árbitras (os) respondem a um questionário, uma “escala de sensações”, que busca avaliar questões como o sono, hidratação, respiração, concentração e atenção.

Vilarinho usa um medidor de frequência cardíaca durante os jogos. Após a partida, assiste ao vídeo e confere o aparelho para saber se alguma decisão causou o aumento das batidas do coração. Com isto, monitora se o estresse influenciou alguma decisão tomada em campo. Outro aspecto trabalhado com as (os) psicólogas (os) do Esporte é a transição de carreira. Normalmente, as (os) árbitras (os) se aposentam até os 50 anos, dependendo de suas condições físicas. Com a orientação das psicólogas, avalia a possibilidade de se tornar instrutor de novos árbitros após pendurar as chuteiras.

VITÓRIA

O Fortaleza Esporte Clube completa cem anos de existência e tem motivos de sobra para comemorar. Depois de sete anos penando na Série C do Campeonato Brasileiro, o time voltou à Série B. A criação do setor de Psicologia do Esporte e o trabalho de profissionais da área com certeza contribuíram para melhorar a performance do tricolor cearense.

Liana Benício é psicóloga formada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Psicologia do Esporte e atualmente mestrandista em Ciências do Desporto na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Utad), em Portugal. Em 2016, aceitou o convite para implantar o setor de Psicologia no Fortaleza, que vivia então uma crise com derrotas em série atribuídas, pela diretoria do clube, a fatores emocionais das (os) jogadoras (es). Já especialista em Psicologia do Esporte – uma das poucas atuantes no Ceará – Liana teve que lidar com o desconhecimento do papel de um profissional e certo preconceito relacionado à atividade do psicólogo. “O primeiro ano foi terrível”, desabafa. Sem desistir, a psicóloga iniciou um trabalho de convencimento. Preparou uma apresentação e organizou rodas de conversa para funcionárias (os) em todos os setores – da direção aos serventes.

No jogo de acesso do Fortaleza contra o Juventude, em 2016, com o estádio do Castelão lotado e mais de 60 mil torcedoras (es), o time amargou outra derrota. Jogou mal. A derrota marcou o início da virada. Naquele momento, Liana Benício reivindicou mais espaço e mais

respaldo para exercer seu trabalho. E conseguiu.

A partir de então, ela instituiu no clube uma rotina de trabalho baseada em um tripé – o social, a relação das (os) jogadoras (es) com a cidade, a escola e a família; a relação com o clube – com o objetivo de criar identidade; e o emocional, lidando com a escuta, dinâmicas, torcida, a vitória e a derrota. O treinamento era o momento de trabalhar questões cognitivas, a ansiedade e a atenção. Liana Benício utilizou também técnicas e equipamentos próprios da Psicologia do Esporte – o biofeedback e o neurofeedback.

O trabalho no dia a dia junto às (aos) jogadoras (es) cumpriu a meta – hoje, todas (os) trabalham a pressão com maior tranquilidade. Em campo, o resultado foi a vitória e a liderança da Série B do Brasileiro. A atuação da psicóloga no time ganhou destaque na mídia local. O fato positivo foi o reconhecimento da Psicologia do Esporte que, na sua opinião, não é tratada como deveria. De acordo com ela, o mercado de trabalho para os profissionais as (os) especializadas (os) está colocado, mas não é apropriado pelas (os) psicólogas (os).

NO FLUMINENSE, ESPAÇO PARA ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO

Com 115 anos, o Fluminense Football Club, agremiação esportiva de tradição no futebol, é reconhecido como o maior rival do Flamengo há dezenas de anos. Mas nem só de futebol vive o clube das Laranjeiras. A psicóloga do Esporte Anna Paula Rocha Maia é, desde 2004, responsável pelas categorias de base da agremiação. Ela atende cerca de 50 atletas, todas (os) de alto rendimento, crianças e jovens divididas (os) em várias modalidades esportivas, da natação ao basquete. Formada em Psicologia em 1989 pela Universidade Gama Filho e especialista em Psicologia do Esporte, Anna Paula lida com tranquilidade e enfrenta os percalços comuns da área – resistência inicial de atletas, dúvidas de técnicas (os), pressão maior afetando atletas de alto rendimento, treinos e competições faça chuva ou faça sol. Sem contar as questões familiares que repercutem nas (os) atletas. Em sua opinião, “a Psicologia não faz ninguém ganhar, mas ajuda”.

A psicóloga, que atuou inicialmente na área de Recursos Humanos, garante que se encontrou na Psicologia do Esporte. Nesse campo, trabalhou em várias modalidades esportivas, como tiro esportivo, tênis, pentatlo militar e saltos ornamentais. No final de 2012, fundou o Mundos Esportivos empresa dedicada a cursos e atendimentos em Psicologia do Esporte. Anna Paula acredita no futuro da Psicologia do Esporte, embora veja o mercado de trabalho em dificuldades em grandes centros como o Rio de Janeiro. “É um longo caminho a ser percorrido.”

Psicologia do Esporte: teoria e prática

Organização Katia Rubio.
Coleção Psicologia do Esporte,
Casa do Psicólogo

Maurício Marques



Publicado pela Casa do Psicólogo em 2003, *Psicologia do Esporte: Teoria e Prática* forma a coleção “Psicologia do Esporte” juntamente com *Psicologia do Esporte Aplicada*. Como outros, também organizados pela professora Katia Rubio, ele faz parte de uma série de livros lançados na virada do milênio que representam o amadurecimento e consolidação de uma Psicologia do Esporte plural brasileira. Historicamente, estas obras surgem após os primeiros manuais generalistas importados ou publicados por autores únicos brasileiros que apresentavam visões pessoais da área de atuação.

Após um prólogo e uma apresentação, seguem-se 12 capítulos escritos por 14 especialistas, mestres e doutores em Psicologia e áreas afins. A apresentação dos autores evidencia alguns dos primeiros profissionais consolidados em universidades, clubes esportivos e projetos sociais. Estes, como supervisores de estágios e professores de pós-graduação, acabaram por auxiliar na formação de algumas gerações de profissionais espalhados pelo Brasil nos últimos anos.

A obra começa com a proposta de Adriana Bernardes Pereira de um programa informático de análise da performance individual e coletiva, um desafio ainda atual. Marisa Markunas oferece um modelo de periodização do treinamento psicológico de alto rendimento, tema que segue instigando pesquisadores e profissionais. Fabíola Matarazzo inova ao utilizar a arteterapia para diagnóstico e intervenção com atletas, demonstrando um desafio de unir práticas de psicólogos de distintas áreas de atuação. Por sua vez, Paola Espósito de Moraes Almeida nos fala de transtornos alimentares, problematizando o paradoxo saúde-doença presente no esporte.

TREINADOR-ATLETA

Pensar para além da competição foi assunto de Luciana Ferreira Ângelo, que escreve so-

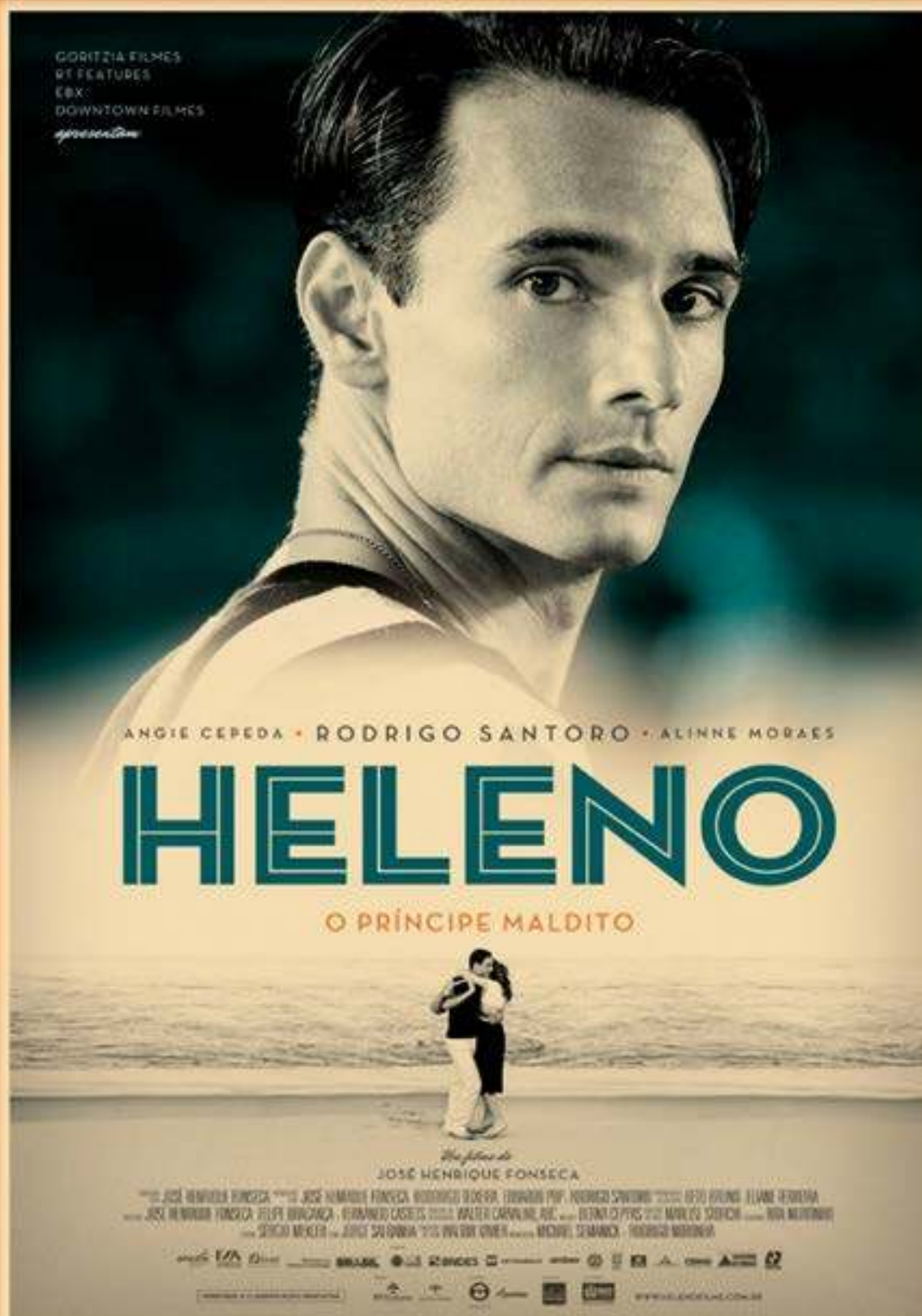
bre práticas orientadas a uma melhor qualidade de vida. Gisela Sartori Franco nos fala da interação que ocorre esportivamente entre competição e cooperação. Carla de Pierro e Fábio Silvestre da Silva apresentam a atuação de profissionais da Psicologia do esporte em projetos sociais, uma possibilidade ainda menos explorada. Questões sobre o vínculo e a relação treinador-atleta são abordadas sob a luz da psicanálise por Hélio Ribeiro da Silva.

Conceituar fenômenos existentes nas dinâmicas grupais em equipes esportivas na busca de coesão é o objetivo da organizadora Katia Rubio em seu escrito. As transições de carreira, em especial a aposentadoria esportiva, são tratadas no capítulo de Luis de Andrade Martini. Márcia Pilla do Valle e Neusa Guareschi problematizam a identidade do atleta e seu lugar dentro do cenário do espetáculo esportivo. Finalmente, Nara Schmidt de Lima completa o livro, questionando a dificuldade da consolidação da Psicologia do Esporte sem projetos de formação para estudantes, algo que segue impedindo um maior crescimento da área nos dias atuais.

As experiências desses profissionais, provenientes de diversas linhas teóricas e atuantes em distintos locais, confirmam o logro do objetivo do livro de Rubio. Como na apresentação do livro, a construção de uma Psicologia do e não no esporte pode ser constatada nesta e outras obras que a seguiram. Os livros concebidos por Katia Rubio ajudaram e seguem contribuindo com o crescimento de diversos alunos e profissionais que se apaixonam pela Psicologia do Esporte.

Por isso, esta obra está no topo da minha lista de sugestões para quem me pede conselhos. Foi também por ela que brilharam os olhos de um jovem estudante em seu primeiro ano de graduação. Ele se chamava Maurício e ainda é grato pelos ensinamentos proporcionados pela professora Rubio.

Maurício Pinto Marques, doutor em Psicologia do Esporte pela Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha), faz parte da diretoria da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (Abrapesp). mauriciopmarques@gmail.com



■ Heleno, o príncipe maldito

Filme narra trajetória meteórica e trágica do herói alvinegro

| Rita Almeida

Heleno é um filme brasileiro de 2012 dirigido por José Henrique Fonseca, produzido e estrelado por Rodrigo Santoro. Trata-se da biografia do jogador de futebol Heleno de Freitas, ídolo do Botafogo, do Rio de Janeiro, na década de 1940, adaptada para o cinema. O filme tece a trajetória meteórica e trágica do herói alvinegro, que vai de uma carreira de sucesso, fama e fortuna, ao declínio e a derrocada prematuros. Vítima dos sintomas degenerativos da neurosífilis, adquirida, provavelmente, por causa de sua vida sexual intensa e promíscua, Heleno morre ainda bem jovem, aos 39 anos, internado em um manicômio em Barbacena, Minas Gerais.

O filme é preciso em retratar um Heleno tão amado quanto odiado. Amado por fazer do futebol uma arte e uma paixão, e odiado por seu temperamento e sua incapacidade para o trato social. A imprensa o chamava de gênio e louco. Se vivesse hoje em dia, Heleno, certamente, não seria capturado pelo manicômio, já que eles estão em extinção. Entretanto, muito possivelmente, seria capturado por algum diagnóstico psiquiátrico, ou pela horda moralista e linchadora das redes sociais. E isso ocorreria antes mesmo de manifestarem os sintomas da neurosífilis, que compareceram apenas tardiamente e o levaram à internação psiquiátrica, já no fim da sua carreira.

Heleno foi uma das primeiras estrelas do nosso futebol a ganhar fama e fortuna, das quais se apropriou sem melindres, como se tivesse nascido com sangue azul. O filme reproduz uma entrevista na qual Heleno afirma ser um homem que sabe o que gosta e o que quer: “gols, cinturinhas e cadilacs”. De fato, além de sua paixão contagiante pelo futebol e pelo Botafogo, Heleno também soube gozar vividamente de seu sucesso com as mulheres e da fortuna que alcançou. Essa intensidade que lhe acompanhava dentro e fora dos campos também foi regada pelo uso de álcool e drogas (tabaco, éter e comprimidos). No filme, Heleno nos parece uma chama viva, bela e sedutora, mas que, exatamente pelo tamanho da força e intensidade, se queimou rápido demais.

O filme se ocupa bastante em mostrar a personalidade do jogador. Bonito e vaidoso com

a aparência, Heleno gostava de frequentar as manchetes dos jornais e de ser uma estrela. Era famoso pela qualidade do seu futebol, pela intensidade com a qual se dedicava ao Botafogo e por sua febre por gols, mas também pelo seu temperamento explosivo, por sua indisciplina e pela dificuldade de se relacionar e interagir. Faltavam-lhe modéstia e empatia e sobravam prepotência e arrogância. Seus companheiros de time eram apenas uns “cabeças-de-bagre” ou “pernas-de-pau”. Heleno os acusava de envergonhá-lo, parecia suportá-los apenas por não ser capaz de formar um time sozinho. Heleno, dentro e fora dos campos, se comportava como se habitasse o centro o universo. Dizendo assim, Heleno nos parece um sujeito intratável e psiquicamente perturbado – e era – mas o filme prima pela delicadeza de não explorar o perfil psicológico do jogador para atribuir-lhe um diagnóstico ou para julgá-lo sob bases morais ou éticas. Pelos olhos do filme, Heleno apenas nos parece humano, demasiadamente humano.

Assistindo o filme e se embriagando desse personagem incrivelmente forte e apaixonado, mas, ao mesmo tempo, insuportavelmente arrogante e louco, é possível compreender que, talvez, Heleno só possa ter sido um jogador de futebol tão incrível por ser capaz de utilizar dentro do campo, e em favor do futebol, aquilo que tinha de pior. Ou seja, seu amor pelo esporte e pelo time o fez ser capaz de traduzir seu pior no seu melhor. Heleno nos faz compreender que aquilo que é nossa pior maldição, também pode ser nossa maior potência, e vice-versa. Além disso, o filme conduz o personagem de forma a nos fazer entender o pecado e a ignorância que seria rotular Heleno sob algum sintoma, diagnóstico ou perfil de personalidade. Heleno nos parece muito maior do que isso, e é. Ao contrário de convocar nossa moral para julgá-lo e diagnosticá-lo, Heleno nos faz querer amar uma coisa de forma tão intensa e voraz como ele conseguiu amar, a ponto de ser tão único e se transcender, à revelia de qualquer outro que pudesse determiná-lo. Ele diria: “Alguém pode achar que o que eu fiz foi impossível, mas não existe impossível para mim. Eu não sou um jogador de futebol, eu sou a própria vontade de jogar, eu sou a garra em forma de gente. Eu sou”.



■ A bola fora da discriminação

Ao longo de décadas, atletas transgêneros enfrentam obstáculos para se manterem em um universo que ainda não aprendeu a lidar com as diferenças

| Ana Flávia Flôres

Quais elementos determinam o sexo de uma pessoa? A existência ou não do cromossomo Y? O percentual de testosterona ou progesterona no corpo? Ou seria a forma como a pessoa se percebe? Em que medida aspectos relacionados a gênero e transgeneridade impactam no desempenho de um

atleta? E na construção social do que seria relativo ao masculino e ao feminino? São muitas as perguntas relacionadas a universos aparentemente distintos, mas que, em geral, são consequência da falta de informação e da manutenção de uma sociedade fundamentada no patriarcado.



Foto: Neide Carlos/Vôlei Bauru

"Achava que para continuar jogando não poderia fazer a transição"

Tiffany Abreu

De acordo com a doutora em psicologia social pela PUC/SP e coordenadora do Núcleo de Estudos Psicossociais do Curso de Psicologia da PUC Goiás, Adriana Bernardes Pereira, a origem do problema está no histórico de dominação masculina, promovida pela igreja, pela ciência médica e pelo Estado. "Essa tríplice aliança criou a unidade básica da sociedade (família) e fortaleceu seus poderes em cima do controle dos corpos e do ambiente familiar, determinando o que é ser homem e o que é ser mulher do ponto de vista biológico e cultural. A partir daí, foi um passo para a construção do modelo heteronormativo e a noção de que o que está fora desse modelo é anormal e patológico".

No contexto esportivo, os impactos e desdobramentos desse modelo são inúmeros, de acordo com a especialista, e sustentam um cenário de preconceito e discriminação, além de reforçarem estereótipos e a manutenção da desigualdade entre homens e mulheres. “A questão é o quanto estamos abertos para lidar com o diferente do convencional quando nem mesmo aceitamos que a mulher, apesar de biologicamente diferente do homem, merece igualdade de direitos e equidade de possibilidades?”.

Para a doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Unesp-Assis e membro da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (Abrapesp), Talita Machado Vieira, desde o começo do século XX há a reprodução de concepções que pressupõem as mulheres como seres frágeis, naturalmente indispostos ao exercício e trabalho com o corpo. “Esse tipo de formulação colabora para a construção da ideia de que as mulheres não combinam

com a prática esportiva ou então, que existiram esportes adequados e inadequados para serem desempenhados por elas”.

DESIGUALDADE ECONÔMICA E LEGAL

Essa compreensão equivocada ou desinformação com relação à capacidade feminina no universo esportivo resulta em mais do que preconceito. Mulheres que conseguem superar as barreiras da desconfiança e seguem carreira no esporte se deparam com um cenário nada igualitário também no contexto profissional.

Desde 1933, por exemplo, o futebol é reconhecido como atividade profissional para homens. Entre as mulheres até hoje não existe esse reconhecimento, o que implica em consequências como a ausência de registro em carteira profissional. “Alguns clubes fazem o registro, total ou parcial, do elenco, mas outros não fazem. Desse modo, trata-se de um trabalho precarizado, com condições contratuais flexíveis e sem



cobertura da seguridade social. Se essa atleta engravidar, por exemplo, como ficará sua situação? Em caso de ocorrência de lesões que demandam tratamento cirúrgico, acompanhamento com profissionais da psicologia, da fisioterapia e tantas outras áreas que auxiliarão no retorno ao esporte, quem se responsabilizará pelo custeio desses cuidados?”, questiona Talita.

Não surpreende que em um cenário de tamanha precarização os desdobramentos cheguem ao retorno financeiro das atletas. A despeito do tempo de treinamento, de duração da competição ou da capacidade técnica, a equiparação salarial ou de premiações em relação aos homens ainda é uma realidade distante.

“Em alguns clubes de futebol do interior de São Paulo, atletas que conseguiram negociar contrato oficial, com registro em carteira, chegam a ganhar de R\$ 4.000,00 a R\$ 5.000,00. Aqui, estamos falando de atletas com trajetória consolidada, que servem ou já serviram a seleção brasileira. Valores bem abaixo das cifras negociadas no futebol de homens. Às vezes, até mesmo abaixo do que é acordado com os jovens das categorias de base que começam a se destacar nas competições pelos seus clubes”, afirma Talita.

No que tange às premiações as diferenças também são abissais. Segundo a especialista, na última edição do Mundial de Futebol Feminino da FIFA, ocorrida no Canadá em 2015, as 15 seleções participantes do torneio dividiram US\$ 15 milhões, enquanto o valor para o mundial masculino na Copa da Rússia em 2018 foi de US\$ 400 milhões.

Embora a superação dessa desigualdade ainda esteja longe de se tornar realidade, algumas conquistas recentes indicam boas perspectivas. Em 2016, a Revista Radis, da FioCruz, denunciou a disparidade nos valores da premiação da competição mundial de vôlei masculino e feminino. Enquanto eles receberam US\$ 1 milhão pelo título, as mulheres da equipe campeã ficaram com uma fatia bem menor, US\$ 200 mil. “A boa notícia é que a luta das atletas do vôlei teve resultado e, em 2018 a premiação foi, finalmente, equiparada”, comemora Talita.

A equiparação das premiações pagas para a temporada de 2019 pela

agência que organiza o mundial de surfe é outra conquista recente que traz alento e esperança para as atletas profissionais de outras modalidades esportivas. “Essas pautas estão ganhando visibilidade e as entidades que gerenciam os esportes em âmbito mundial têm reconhecido sua legitimidade e a importância de tais equiparações, especialmente para desautorizar os discursos que visam estruturar as diferenças como desigualdade, criando e mantendo situações de opressão e exploração”, avalia a especialista.

TRANSGENERIDADE NO CONTEXTO ESPORTIVO

Uma das maiores expressões do aprisionamento ao modelo heteronormativo no ambiente esportivo talvez se dê por meio da relação de atletas e dirigentes com pessoas cuja identidade de gênero não condiz com o sexo que lhe foi atribuído no nascimento. Há pouco tempo o nome da atleta de vôlei Tiffany Abreu ganhou destaque nos noticiários nacionais. O motivo? O desempenho da primeira mulher transgênero a disputar a Superliga Feminina.

“Ela não foi a primeira mulher trans do vôlei brasileiro, mas a primeira a se destacar como atleta, o que trás à tona o modelo preconceituoso de sempre: se uma mulher se destaca, a primeira coisa a se questionar é se ela é mesmo mulher. Se tem vagina, a dúvida fica obscurecida, mas se um dia teve pênis, está explicado seu potencial de força e destreza. Mais do mesmo preconceito sofrido pelas mulheres há séculos. Infelizmente, entre as atletas existem aquelas que se negam a buscar algum conhecimento que as ilumine e não permita que fiquem no círculo de reafirmação do sofrimento que as oprimiu durante séculos. Então, oprimem a mulher trans da mesma forma como foram e ainda são oprimidas pelos homens”, avalia Adriana.

Enquanto atletas, especialistas e até a imprensa debatem as possíveis vantagens competitivas de Tiffany, outras mulheres trans seguem na luta para garantir o direito de disputar competições esportivas na categoria feminina. É o caso da também jogadora de vôlei Carol Lissarassa. Vice-campeã na etapa de Ijuí/RS do Circuito Verão Sesc de Esportes em 2017, este ano a jogadora foi impedida de disputar a etapa de Cruz Alta/RS atuando no



feminino. “Ano passado joguei e fui para o pódio. Esse ano, após todas as matérias que saíram, acho que estou sendo perseguida”, declarou a atleta em entrevista. Liberada para jogar apenas no masculino, Carol aceitou a decisão para combater a discriminação e mostrar o seu talento e declarou que teve dificuldades de atuar no masculino, já que sua força, seu impulso e sua agilidade não são as mesmas dos homens.

EXAME DE FEMINILIDADE

Outros atletas que enfrentam dificuldades para se estabelecerem no cenário esportivo são os intersexuais, ou seja, pessoas com variação de caracteres sexuais, incluindo cromossomos, gônadas e/ou órgãos genitais, que dificultam a sua identificação como totalmente feminino ou masculino.

Em 1988, a principal atleta de corrida com barreiras da seleção espanhola, Maria Patiño, foi impedida de disputar os Jogos Olímpicos de Seul (Coreia do Sul). Ela foi reprovada no exame de feminilidade aplicado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) nas atletas que eventualmente esquecessem seus certificados de feminilidade. O exame revelou que as células da corredora continham um cromossomo Y, seus lábios ocultavam testículos e faltavam a ela ovários e útero. Após o episódio, Patiño investigou sua condição clínica e descobriu que sofria da Síndrome da Insensibilidade ao Andrógeno, situação na qual os corpos apresentam partes masculinas e femininas. No entanto, a atleta, que nunca havia duvidado da sua identidade feminina, não se deu por vencida e entrou para a história como a primeira mulher a ter contestado o teste de sexo para atletas.

No Brasil, o primeiro caso a ganhar grande repercussão foi o da judoca Edinanci Silva. Classificada para as Olimpíadas de Atlanta (1996), a atleta foi submetida a uma série de testes e intervenções em seu corpo para se adequar aos padrões do COI após exames indicarem que ela não seria aprovada no teste de feminilidade. Edinanci conseguiu se enquadrar nos padrões de exigidos e se manteve atuante no cenário olímpico até os jogos de 2008 (Pequim).

Esses e outros casos semelhantes não passaram despercebidos dos julgamentos da opinião pública,

tampouco dos colegas de profissão. De acordo com Adriana, o preconceito e o conservadorismo no ambiente esportivo são comportamentos frequentes e intensos. “Acredito que isso ocorra por falta de conhecimento dos envolvidos com o meio esportivo sobre a complexidade de se entender e definir gênero e, principalmente, diferenciar de sexualidade. A confusão entre gênero e sexualidade nos mostra que não há diferenciação conceitual e prática entre sexo, identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual por partes das pessoas que vivenciam o contexto esportivo. Tudo é colocado no mesmo balaio. Portanto, as questões se dão baseadas em senso comum, carregadas de estereótipos e preconceitos”.

Ao ser questionada sobre a possibilidade de os esportes romperem a barreira dos gêneros e homens, mulheres, cis e trans competirem entre si, a doutoranda da Unesp, Talita Vieira foi incisiva e provocativa: “é uma ideia que me agrada muito. No entanto, sei que a instituição esportiva é bastante conservadora no que diz respeito à manutenção dessas separações. Tem um artigo bem interessante sobre esse tema de dois antropólogos brasileiros Wagner Camargo e Claudia Samuel Kessler que se chama ‘Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica’. Uma ideia que eles apresentam é a criação de categorias de competição com base nos níveis hormonais. Seria uma maneira de desregulamentar o sistema binário de organização do esporte e colocar corpos diversos competindo entre si, mas será que as instituições esportivas e os fãs dos esportes estão prontos para isso?”.



Em entrevista exclusiva à revista Diálogos, a atleta Tiffany Abreu faz um breve relato da sua trajetória, do papel do esporte para o seu processo de transição e dos desafios enfrentados, além de contar como lida com críticas e preconceito.

Quando você se descobriu transgênero? Já tinha algum envolvimento com o esporte na época?

Ainda quando era criança, eu já sabia que estava em um corpo errado. Na época ainda não tinha envolvimento com o esporte.

Em que medida o esporte ajudou e/ou dificultou o seu processo de transição?

O esporte me ajudou financeiramente, mas dificultou na tomada de decisões. Eu não conhecia as leis e achava que para continuar jogando não poderia fazer a transição, por isso demorei para ter coragem de realizá-la.

Como foi o caminho até chegar à liga feminina de vôlei?

Quando eu decidi fazer minha transição, eu não sabia que existiam leis sobre transgêneros no esporte. Quando eu estava no meu terceiro ano de transição, um treinador do feminino me convidou para jogar e me explicou sobre as leis, que na época ainda eram as antigas, segundo as quais apenas quem tinha realizado a cirurgia de redesignação sexual podia jogar. A cirurgia era meu objetivo, então segui em frente com a transição, me preocupan-

do apenas com minha saúde. Passado meu processo de transição, meu agente deu entrada na FIVB (Federação Internacional de Voleibol) para minha liberação e atuação.

Como você avalia as críticas em relação à sua atuação em times/campeonatos femininos? Ainda há muito preconceito? Se sim, a que você atribui e como superá-lo?

Eu não dei muita importância para as críticas, pois elas não iam mudar nada em minha vida, nem como mulher e nem como esportista. Estou seguindo as leis e dentro dos meus direitos esportivos e trabalhistas. Muitas dessas críticas são apenas para me fazer sentir mal.

Fazendo uma avaliação de tudo o que você já viveu, quais foram as maiores conquistas alcançadas? Em que medida o esporte contribuiu para que elas se concretizassem?

A maior conquista foi realizar a transição e ser quem eu sou, uma mulher, esse era meu maior sonho. Sou grata ao esporte por ter me tornado uma mulher digna, respeitosa e de bom coração. O esporte me ensinou muito e fez uma imensa diferença na minha vida como ser humano. Todos esses valores contribuíram para que minha transição fosse correta e decidida.

Quais os seus planos e perspectivas para o futuro?

Meu plano é continuar jogando e ajudando as pessoas a ter coragem de seguir seus sonhos.

DIVULGANDO CONCEITOS

ORIENTAÇÃO SEXUAL: consiste no direcionamento do desejo afetivo-sexual que pode ser por pessoas do mesmo sexo ou não, ou ainda por ambos. É ela que define se a pessoa é heterossexual, lésbica, gay ou bissexual.

IDENTIDADE DE GÊNERO: identidade de gênero refere-se à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa (masculino e feminino), que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo e outras expressões de gênero.





Esporte paraolímpico: uma transformação de sentido

Erika Hofling Epiphanio

Este trabalho está baseado em experiências vividas em um programa de estágio em Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), de ações de um projeto de extensão e de pesquisa vinculados com o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Fenomenologia e Esporte (Nepfe) em parceria com uma associação de atletismo. Esta parceria se deu logo que a autora deste trabalho ingressou na Univasf, quando foi procurada pelo diretor da associação que buscava qualquer forma de apoio psicológico para sua equipe. Logo no primeiro contato, a explanação sobre o trabalho realizado por eles despertou um encantamento nesta professora, devido a ser um grupo extremamente comprometido que buscava maneiras de criar melhores possibilidades para seus atletas. O grupo conta com atletas e paratletas de diversas categorias, alguns com resultados expressivos no cenário nacional e internacional. Uma equipe com poucos recursos, na região do semiárido nordestino, repleta de carências estruturais, mas com pessoas que lutam e acreditam no potencial humano.

Cabe ressaltar que, ao se pensar em pessoas com deficiência ou limitações, sejam elas físicas, psicológicas ou socioeconômicas, o esporte tem surgido como ampliação de possibilidades, muitas vezes sendo inclusive uma oportunidade profissional para muitos de seus praticantes que passam a se destacar em competições em âmbito regional, nacional e internacional e com isto conseguem ter uma condição financeira que dificilmente teriam se não se tornassem atletas, principalmente, ao se considerar a região em que as ações foram desenvolvidas.

A experiência que ofereceu dados para a construção deste artigo se deu com a concretização do tripé da educação que propõe a universidade pública, em que pensa que a construção do conhecimento se dá por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesta experiência, a investigação científica devolve a seus colaboradores ação, com extensão, com intervenção em uma atitude

ética-científica, em que a comunidade se vê diretamente cuidada pela universidade em um fazer científico que faz sentido ao mundo em que habitamos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Psicologia Humanista é considerada por alguns autores como a terceira força da Psicologia, ao lado da Psicanálise e do Behaviorismo e grande parte dos seus princípios encontram-se alinhados à Fenomenologia (Amatuzzi, 2010). Carl Rogers é considerado um dos principais autores desta corrente teórica e ele discute em diversos trabalhos sobre o potencial de realização como sendo inerente a todo ser humano. O autor acredita que todo ser humano é naturalmente bom e tem condições existenciais de se desenvolver rumo ao crescimento pessoal e a realização, no entanto, o autor discute a importância de que as pessoas encontrem relações que facilitem este processo, que primam por um encontro autêntico entre pessoas que respeitam o processo do outro, sem julgar, mas acolhem as diferenças, compreendendo o outro de maneira empática e positiva (Rogers, 1961).

Outro aspecto relevante de se destacar teoricamente será a noção de cuidado trazida pela Fenomenologia. Quando o cuidado é discutido nos textos de Heidegger, é notável a ampla dimensão desta perspectiva. O cuidar está relacionado aos outros, mas é fundamental compreender que o mesmo se revela também e, primordialmente, na relação consigo mesmo. Fernandes (2011) ao discutir este tema afirma que “a essência da relação, que se instaura no cuidado do ser-com-outros, é aproximar-se-do-outro, deixar-se interessar por ele, ser interpelado por ele e interpelá-lo, ser solicitado e solicitar, responder e corresponder” (p. 15).

Ao se pensar no cuidado ao outro, Heidegger trabalha com a ideia de solicitude como uma perspectiva deste cuidado, indicando a possibilidade de ver o outro como ele é, por meio de sua própria visão sobre si mesmo, se comprometendo pelo outro, sendo questionado por ele e respondendo e correspondendo à relação estabelecida com ele (Heidegger, 1981). O estar junto, permitindo ao outro ser ele mesmo, sem crivos e julgamentos, é a primeira e mais importante manifestação de cuidado que pode ser indicada como um facilitador no processo de desenvolvimento humano como também apontado por Rogers (1961).





A Psicologia do Esporte é uma área da Psicologia que tem se mostrado bastante coerente com esta proposta da Fenomenologia e da Psicologia Humanista, pois ao pensar o homem como um todo, ao crer na capacidade de realização pessoal e buscar nas relações atitudes facilitadoras para o processo de crescimento do indivíduo, passa a ser uma importante ferramenta para que pessoas busquem a superação a partir do esporte.

Ao se pensar no esporte para pessoas com deficiência podemos indicar também grandes contribuições neste sentido considerando que “os objetivos da reabilitação (pelo esporte) é assegurar à pessoa com deficiência, independentemente da natureza ou da origem da deficiência, a mais ampla participação na vida social e ainda proporcionar a maior independência possível em atividades da vida diária”, além de prevenir diversas enfermidades secundárias (Cardoso, 2011, p. 530).

Garcia (2002) ainda aponta para a necessidade em considerar o esporte em toda a diversidade humana, pois suas manifestações são diversas e indicam várias possibilidades de situações e atitudes, como no estudo de Ranieri e Barreira (2010), que investigaram a superação em atletas cegos e identificaram a importância desta prática no processo de autoconhecimento e identificação de potencialidades por parte dos atletas estudados.

Enfim, a explanação teórica deste trabalho tem a intenção apenas de situar o leitor de que lugar partimos para pensar, refletir e compreender as experiências vivenciadas com este grupo de paratletas.

CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA

O primeiro trabalho realizado com a equipe foi uma atividade em grupo para apresentar o trabalho da Psicologia e conhecer os atletas. Neste cenário algo já se revelou como uma grande possibilidade de se trabalhar em uma perspectiva mais humana, em que a diversidade é tratada de maneira natural e respeitosa, pois todos os trabalhos realizados pelo grupo não distinguem os atletas com deficiência e sem deficiência. Após este contato, estabeleceu-se um contrato de intervenções em grupo para se trabalhar temas levantados como necessários, como estabelecimento de metas, comprometimento e motivação.



Outra estratégia utilizada foi o acompanhamento individual de alguns paratletas (escolhidos pela comissão técnica) por duas estagiárias do curso de Psicologia. Posteriormente foi criado um projeto de extensão universitária envolvendo mais três alunas do curso de Psicologia que teve como propósito atuar diretamente nos treinamentos dos atletas oferecendo um espaço de escuta a eles e seus familiares, além da organização de um debate que trabalhou a importância do esporte como abertura de possibilidades para pessoas com deficiência, a fim de divulgar para a sociedade as dimensões do esporte para o desenvolvimento da pessoa, bem como a prática da Psicologia do Esporte.

Ao final deste projeto, devido a grande adesão do grupo nas ações realizadas e, também, pela identificação de outras demandas, foi construído um segundo projeto de extensão que propôs ações de cuidado com o grupo estudado, sendo implantadas oficinas de ioga, aulas de inglês e oficina de sexualidade aos jovens atletas.

POSSIBILIDADES

É notável em nossa sociedade o grande preconceito quanto às pessoas com deficiência, sendo sempre associadas a pessoas sem utilidade, em um mundo capitalista que prioriza a produtividade e o consumo. Esta associação perpassa a sociedade e leva, muitas vezes, os familiares e as pessoas com deficiência a não se perceberem como úteis e pertencentes ao mundo social.

A experiência que tivemos com este grupo esportivo revelou que a partir do momento que pessoas com

deficiência foram vistas por suas capacidades e não pelo que lhes faltavam, seu universo existencial se expande de maneira a conhecerem potencialidades que nunca tiveram acesso antes de serem praticantes de esporte. Com isto, o esporte passa a ser um caminho ao reconhecimento pessoal que permite ao indivíduo conhecer suas próprias capacidades, assim como uma via de acesso ao reconhecimento social, uma vez que os atletas, quando atingem resultados expressivos na carreira esportiva, passam a ser reconhecidos profissionalmente e se transformam em exemplos para uma sociedade que, em geral, os viam como pessoas incapazes. Estes efeitos são de suma importância ao processo de realização dos indivíduos que conseguem fazer parte deste tipo de projeto construindo um mundo de maior abertura as oportunidades de vida.

Podemos destacar como conquistas importantes percebidas pelos trabalhos realizados que, ao criar um espaço de escuta verdadeira e significativa para as pessoas, estas passam a se ver como agentes participativos de sua existência. No início do trabalho, alguns paratletas que tinham dificuldade de comunicação em função da deficiência, em geral, tinham suas comunicações realizadas por terceiros que tentavam dizer aquilo que acreditavam ser o que o atleta queria expressar, mas com o tempo no espaço de escuta individual estes atletas puderam desenvolver sua habilidade de comunicação se tornando mais autônomos e independentes, fazendo com que os mesmos passassem a dizer o que pensavam e o que queriam dizer.

Ações como estas indicam o potencial de transformação e cuidado evidenciado por atitudes facilitadoras, em sintonia com o que Rogers preconiza ao colocar que quando temos uma atitude autêntica, congruente e aceitamos o outro afetuosamente como ele é criamos uma atmosfera propícia ao desenvolvimento das capacidades humanas, que oferecem melhores condições de abertura à autonomia (Rogers, 1961)

Com isto, podemos afirmar que a escuta psicológica no esporte pode ser considerada uma ação de cuidado ao outro de grande valia ao processo de desenvolvimento das pessoas, do qual o paratleta não é visto apenas como atleta pelos seus resultados competitivos, mas, principalmente, por este ser um espaço em que são pessoas reconhecidas e respeitadas enquanto indivíduo e enquanto agente social.

Desde o início deste trabalho, por meio de todas as ações desenvolvidas podemos discutir como o esporte é vivenciado como grande oportunidade e abertura de possibilidades para seus praticantes, principalmente ao se focar os atletas que possuem alguma deficiência e encontram nesta prática e nas relações interpessoais estabelecidas pela equipe grande potencial de superação das adversidades físicas, econômicas e sociais. Podemos destacar, ainda, que o esporte passa a transformar o sentido da vida de muitos de seus praticantes. Esta afirmação se fortalece nos dados da pesquisa que desenvolvemos sobre o sentido do esporte para atletas com e sem deficiência que também concluem que “o esporte permitiu a essas pessoas sentirem-se mais autônomas, independentes e potentes, cujas características são muito importantes para a realização pessoal e superação das adversidades da vida. Principalmente, de indivíduos com deficiência, que ainda hoje sofrem discriminação por causa de suas limitações” (Epiphania et al, p.89 2017).

Podemos indicar, assim, que a prática esportiva, sendo ela competitiva ou não, pode ser um importan-

te recurso ao desenvolvimento de pessoas que possuem algum tipo de limitação, pois pode explorar suas potencialidades, por meio de atitudes facilitadoras que envolvem a noção de cuidado ao outro e a si. Com isto, concluímos com a indicação que investimentos em projetos sociais que ofereça a prática esportiva aliada à Psicologia do Esporte para pessoas que possuem deficiências físicas, intelectuais e econômicas pode ser considerado um facilitador no processo de transformação de realidades vulneráveis.

REFERÊNCIAS

- AMATUZZI, M. M. Por uma Psicologia Humana. Campinas, S.P.: Editora Alinea. 2010.
- CARDOSO, V. D. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. Revista Brasileira de Ciência do Esporte, 33(2), 529-539. 2011.
- Epiphnaio, E.H.et al. O sentido do esporte para atletas com e sem deficiência: uma compreensão fenomenológica. Revista Brasileira de Psicologia do Esporte, 7(1), 76-91. 2017.
- FERNANDES, M.A. In: Peixoto, A.J.; Holanda, A.F. Fenomenologia do cuidado e do cuidar: perspectivas multidisciplinares. Juruá. 2011.
- GARCIA, R. P. Contributo para a compreensão do desporto: uma perspectiva cultural. In V. J. Barbanti, A. C. Amadio, J. O. Bento, & A. T. Marques. Esporte e Atividade Física: interação entre rendimento e saúde (pp. 321-327). São Paulo: Editora Manole. 2002.
- HEIDEGGER, M. Todos nós ninguém. Ed. Moraes. 1981.
- RANIERI, L. P., BARREIRA, C. R. A. A superação esportiva vivenciada por atletas com deficiência visual: análise fenomenológica. Revista Brasileira de Psicologia do Esporte, São Paulo, 3(2), 46-60. 2010.
- ROGERS, C. Tornar-se pessoa. 2ª ed. Lisboa, Ed. Martins Fontes. 1961.



A cultura na Psicologia do Esporte

Por uma Psicologia Social do Esporte

Katia Rubio

Das muitas manifestações culturais produzidas no século XX, o esporte é aquela que se consolidou como um fenômeno de escala global. A universalização das regras das diferentes modalidades esportivas faz supor uma universalização das práticas, o que leva a crer que o mesmo esporte pode ser praticado de maneira semelhante em diferentes países ou grupos sociais. Essa falsa premissa levou à importação de modelos de treinamento e preparação para a competição esportiva que culminaram em frustração por parte daqueles que os receberam pela comprovada ineficácia. O mesmo pode ser observado na Psicologia do Esporte, que tem como uma de suas possíveis metas a busca do rendimento de atletas e equipes esportivas.

Desenvolvida a princípio nos Estados Unidos da América e em alguns países europeus, ela foi trazida para o Brasil nos anos 1970, como um conjunto de técnicas de estratégias de intervenção que visavam o treinamento de habilidades mentais de atletas. Nos anos que se seguiram, pouco avanço foi observado, tanto no desenvolvimento da Psicologia do Esporte como especialidade da Psicologia, como o respeito social por esse fazer profissional, quanto por parte de técnicos, como de atletas e mesmo da categoria. Parte do insucesso experimentado no passado pode ser creditada ao desconhecimento do sujeito dessa intervenção e também à desconsideração pelos aspectos culturais locais envolvendo o atleta e a comissão técnica como um todo, situação essa que se relaciona basicamente com as estratégias de comunicação, relações interpessoais, história de vida dos envolvidos e a cultura da modalidade no país. Desprezado em um primeiro momento, essas questões ganharam força no Brasil a partir dos anos 1990, quando a Psicologia

Social se aproximou da Psicologia do Esporte trazendo a dimensão cultural para o campo de pesquisa e de intervenção (Rubio, 2000).

O pragmatismo que caracterizou o surgimento e o progresso dessa especialidade enfocava, no passado, o desenvolvimento de conhecimento na busca e determinação de perfis psicológicos ou ainda tipos de intervenção cujo objetivo é maximizar e potencializar a performance, tendo a finalidade clara da busca da vitória. Nos últimos anos esse quadro sofreu grandes transformações, indicando a construção de uma Psicologia Social do Esporte em que rendimento esportivo e integridade de atleta não se confrontam, mas se completam.

O esporte chamado de alto rendimento é um tipo de prática que pode se relacionar ao esporte espetáculo, protagonizado pelo atleta profissional, ou ainda, a um tipo de atividade esportiva que não é necessariamente remunerada, mas que exige do praticante dedicação e rendimento que superam uma atividade de tempo livre ou amadora. Na busca da vitória estão implicados valores próprios da sociedade atual como o trabalho alienante onde o corpo é usado e manipulado pelo próprio atleta e pela comissão técnica para alcançar o rendimento máximo. Na concretização desse intuito está implicada a realização integral do potencial físico e emocional, tendo aqui o psicólogo um papel determinante, uma vez que o rendimento máximo pode estar associado às habilidades e características inerentes do atleta ou, em outra direção, na busca desse maximizador em componentes externos, como o apoio social ou o uso de substâncias proibidas. Ainda que utilizada indiscriminadamente para caracterizar diferentes atitudes, a ética é um preceito que fundamen-

ta vários conceitos. Não seria viável, portanto, afirmar uma ética do esporte, uma ética da Psicologia ou quaisquer subéticas para contextos criados conforme a necessidade social ou momento histórico, isso porque a ética busca refletir a respeito das noções e princípios que fundamentam a vida moral. O esporte, enquanto valor cultural, passível da intervenção da Psicologia, também uma criação humana, reflete e recria essa condição. É necessário, por isso, refletir sobre a prática do psicólogo no esporte e sua relação com valores básicos fundamentais da Psicologia (Luccas, 2000).

SER HUMANO

Essa discussão se torna fundamental diante da dimensão que o esporte adquiriu como fenômeno sociocultural contemporâneo. A necessidade da vitória a qualquer custo, da adequação às mudanças de regras e calendários e os interesses comerciais de clubes e patrocinadores chega ao psicólogo do esporte como um imperativo de sua função no clube ou time, levando-o a uma necessária e constante reflexão sobre seu papel social e profissional. Daí a importância da clareza sobre a concepção de ser humano e de Psicologia com que se atua. Nem todo atleta contemporâneo, porém, busca apenas a vitória a qualquer custo. Há praticantes da atividade esportiva que fazem outra opção, originalmente associada ao esporte, que é a superação do próprio limite. Ao conceito que pautava essa prática era dado o nome de areté, equivalente ao latino virtus, que representava hombridade, valor (Rubio & Carvalho, 2005). No sentido cavaleiresco da palavra, estava expresso o conjunto de qualidades que fazem do homem um herói, e a vitória seria a confirmação desse valor. A areté seria, portanto, a afirmação da condição pessoal daquele que pratica e vence um desafio, sua realização é a luta contra tudo que tente impedi-la. Essa busca não representa um individualismo egoísta, que cifra ideais de amor a si mesmo, senão na busca incessante pelo absoluto da beleza e do valor. Daí a atitude de agradecimento do atleta vencedor de provas atléticas a seus oponentes. Mais do que tê-los como inimigos, o atleta que praticava a areté via no adversário o parâmetro para a realização do seu próprio limite e não alguém a ser superado, vencido e humilhado. O outro era o referencial para a superação de si mesmo.

PSICOLOGIA SOCIAL DO ESPORTE

Recentemente, alguns estudiosos começaram a repensar a Psicologia do Esporte deslocando-a de um modelo de habilidades individuais e passaram a observar a necessidade de uma aproximação com a Psicologia Social para a compreensão e explicação desse fenômeno complexo e abrangente que é a atividade física e esportiva (Brawley & Martin, 1995; Brustad & Ritter-Taylor, 1997). Isso só veio a reforçar o pressuposto de Lane (1984) de que toda Psicologia é social sem que isso signifique reduzir as áreas da Psicologia à Psicologia Social. Nesse sentido, é possível afirmar que a Psicologia do Esporte, que trata do fenômeno esportivo em toda a sua complexidade, visando à compreensão da dinâmica das relações envolvidas entre atletas, técnicos, dirigentes, mídia e patrocinadores, não é apenas uma Psicologia de rendimento de atletas e equipes, mas uma Psicologia Social do Esporte.

O debate sobre a função e o papel da Psicologia do Esporte passa necessariamente pela discussão do que é o fenômeno esportivo e como tem sido construído e explorado o imaginário esportivo na atualidade. Isso porque o esporte contemporâneo, em seu processo de construção, sofreu influência das transformações socioculturais dos diversos momentos históricos pelo qual passou, absorvendo ao longo do século XX uma série de características da sociedade contemporânea. O que tem sido observado nesse período é que dentre os vários fenômenos que a sociedade atual vem produzindo, o esporte tem ocupado um dos lugares mais destacados, valorizando a emergência de atitudes heroicas.

BATALHA JUSTA

Em função disso, características como secularização, igualdade de chances, especialização, racionalização, burocratização, quantificação e busca de recorde, princípios que regem a sociedade capitalista pós-industrial, marcam indelevelmente a prática esportiva, tendo o rendimento como o princípio norteador (BROHM, 1993). Mas apontar apenas o rendimento enquanto elemento marcante do esporte contemporâneo, apresentado como um dos espetáculos da pós-modernidade, seria desconsiderar outros valores que foram sendo transformados, principalmente a partir da década de 1970, ou mais precisamente com a queda do conceito de amadorismo.

Essa condição foi alcançada graças à construção espetacular da narrativa esportiva em que a competição é uma metáfora das batalhas de então, em que adversários reais ou simbólicos serão sempre alvo de superação. Isso quer dizer que a espetacularização do esporte foi construída relacionada ao desenvolvimento da própria prática esportiva e com as intervenções e alterações propostas pelos distintos atores envolvidos. Essa narrativa, preocupada em reforçar os aspectos competitivos como igualdade e equilíbrio entre os oponentes, tem reforçado o imaginário da batalha justa, emocionante, de resultado imprevisível, facilitando a emergência de consciências coletivas, identidades nacionais e protagonistas carismáticos, transformando o campo da competição em cenário de representação de atitudes heroicas de atletas que defendem uma equipe, cidade ou país (Rubio, 2001; 2004, 2017).

IMAGINÁRIO ESPORTIVO

Uma das justificativas para o esporte usufruir a condição de um dos principais fenômenos culturais da atualidade reside no fato de ele congrega valores de sua gênese e da modernidade. Se por um lado, enquanto atividade física não competitiva ele é capaz de resgatar sua função pedagógica praticada na Paidéia, na Grécia Helênica, como elemento integrador da mente e do corpo, por outro lado a sua porção competitiva se integra aos valores da contemporaneidade. Essa condição pós-moderna conferida ao esporte atual pode ser justificada pela relação de dependência estabelecida com os meios de comunicação de massa e o consequente ajustamento de sua prática em função das exigências e necessidades desses meios.

As expectativas geradas em torno da prática esportiva levam a determinados padrões de comportamento que influenciarão ou determinarão a conduta daqueles que escolheram o esporte como profissão. Essa é a razão porque em torno de uma modalidade específica e, do esporte como um todo, desenvolve-se um conjunto de práticas coletivas e comportamentos individuais denominados cultura esportiva (Rubio, 2006). Esses comportamentos

e procedimentos levam à criação e multiplicação daquilo que denominamos como imaginário esportivo.

REFERÊNCIAS

BRAWLEY, L. R. & MARTIN, K. A. The interface between Social and Sport Psychology. *The Sport Psychologist*. 9, 469-497, 1995.

BROHM, J. M. 20 tesis sobre el deporte. In.: (J. I. B. Gonzalez) *Materiales de Sociologia del Deporte*. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1993.

BRUSTAD, R. J. & RITTER-TAYLOR, M. Applying social psychological perspectives to the Sport Psychology consulting process. *The Sport Psychologist*. 11, 107-119, 1997.

LANE, S. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In: S. Lane & W. Codo (orgs) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LUCCAS, A. N. A Psicologia, o esporte e a ética. In.: (K. Rubio, org.) *Encontros e desencontros: descobrindo a Psicologia do Esporte*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

RUBIO, K. O trajeto da Psicologia do Esporte e a formação de um campo profissional. In. K. Rubio (org.) *Psicologia do Esporte: interfaces, pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

_____. O atleta e o mito do herói. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

_____. Heróis Olímpicos brasileiros. São Paulo: Zouk, 2004.

_____. O imaginário heroico do atleta contemporâneo. In.: K. Rubio (org.) *Esporte e mito*. São Paulo: Laços, 2017

_____. Medalhistas olímpicos brasileiros: memórias, histórias e imaginário. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

RUBIO, K.; CARVALHO, A. L. Areté, fair play e o movimento olímpico contemporâneo. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*. V. 03, p. 350-357, 2005.

Conselhos Regionais de Psicologia

CRP 01

Endereço: SRTVN Quadra 701
Ed. Brasília Rádio Center - Ala
A - Sala 4024
Bairro: Asa Norte
Cidade: Brasília/DF
CEP: 70.719-900
Email: crp-01@crp-01.org.br
Telefone: (61) 3030-1010
Site: www.crp-01.org.br/

CRP 02

Endereço: Rua Treze de Maio,
47, Santo Amaro
Bairro: Santo Amaro
Cidade: Recife/PE
CEP: 50.100-160
Email: crppe@crppe.org.br
Telefone: (81) 2119-7272
Site: www.crppe.org.br

CRP 03

Endereço: Rua Professor Aris-
tides Novis, 27
Bairro: Estrada de São Lázaro
Cidade: Salvador/BA
CEP: 40.210-630
Email: diretoria@crp03.org.br
Telefone: (71) 3247-6716 / 3332-
6168
Site: www.crp03.org.br

CRP 04

Endereço: Rua Timbiras, 1532,
6º Andar
Bairro: Lourdes
Cidade: Belo Horizonte/MG
CEP: 30.140-061
Email: crp04@crp04.org.br
Telefone: (31) 2138-6767
Site: www.crp04.org.br

CRP 05

Endereço: Rua Delgado Carva-
lho, 53
Bairro: Tijuca
Cidade: Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.260-280
Email: crprj@crprj.org.br
Telefone: (21) 2139.5400
Site: www.crprj.org.br

CRP 06

Endereço: Rua Arruda Alvim,
89
Bairro: Jardim América
Cidade: São Paulo/SP
CEP: 05.410-020
Email: gerencia@crpsp.org.br /
direcao@crpsp.org.br
Telefone: (11) 3061-9494
Site: www.crpssp.org.br

CRP 07

Endereço: Av. Protásio Alves,
2854, sala 301
Bairro: Petrópolis
Cidade: Porto Alegre/RS
CEP: 90.410-006
Email: crprs@crprs.org.br
Telefone: (51) 3334-
6799/0800-001-0707
Site: www.crprrs.org.br

CRP 08

Endereço: Av. São
José, 699
Bairro: Cristo Rei
Cidade: Curitiba/PR
CEP: 80.050-350
Email: crp08@crppr.org.br
Telefone: (41) 3013-5766
Site: www.crppr.org.br

CRP 09

Endereço: Av. T-2 Qd. 76 Lote
18 N° 803
Bairro: Setor Bueno
Cidade: Goiânia/GO
CEP: 74.2010-010
Email: administracao@crp09.org.br
Telefone: (62) 3253-1785 / 3285-
6904
Site: www.crp09.org.br

CRP 10

Endereço: Av. Generalíssimo
Deodoro, 511
Bairro: Umarizal
Cidade: Belém/PA
CEP: 68.901-020
Email: crp10@crp10.org.br /
secaoamapa@crp10.org.br
Telefone: (91) 3224-6690 /
3224-6322 / 3225-4491 / 3085-
4281
Site: www.crp10.org.br

CRP 11

Endereço: Rua Carlos Vascon-
celos, 2521
Bairro: Joaquim Távora
Cidade: Fortaleza/CE
CEP: 60.115-171
Email: crp11@crp11.org.br
Telefone: (85) 3246.6924 /
3246.6887
Site: www.crp11.org.br

CRP 12

Endereço: Rua Professor Bayer
Filho, 110
Bairro: Coqueiros
Cidade: Florianópolis/SC
CEP: 88.080-300
Email: crp12@crpsc.org.br
Telefone: (48) 3244-4826
Site: www.crpssc.org.br

CRP 13

Endereço: Rua Universitário
Carlos Marcelo Pinto, 92
Bairro: Torre
Cidade: João Pessoa/PB
CEP: 58.070-350
Email: crp13@crp13.org.br
Telefone: (83) 3255-8282 /
3255-8250
Site: www.crp13.org.br/

CRP 14

Endereço: Av. Fernando Cor-

rea Da Costa, 2044

Bairro: Joselito
Cidade: Campo Grande /MS
CEP: 79.004-311
Email: crp14@terra.com.br /
crpms@crpms.org.br
Telefone: (67) 3382-4801 / (67)
9123-7759
Site: www.crpms.org.br

CRP 15

Endereço: Rua Prof. José da
Silveira Camerino, 291
Bairro: Farol
Cidade: Maceió/AL
CEP: 57.055-630
Email: crp15@crp15.org.br
Telefone: (82) 3241-8231
Site: www.crp15.org.br

CRP 16

Endereço: Rua Desembarga-
dor Ferreira Coelho, 330, sala
806
Bairro: Praia do Suá
Cidade: Vitória/ES
CEP: 29.052-901
Email: atendimento@crp16.org.br
Telefone: (27) 3324-2806
Site: www.crp16.org.br

CRP 17

Endereço: Rua do Titânio, N°
25
Bairro: Lagoa Nova
Cidade: Natal/RN
CEP: 59.076-020
Email: crprn@crprn.org.br
Telefone: (84) 3301-0083 /
3301-0086
Site: www.crprrn.org.br

CRP 18

Endereço: Rua 40, N° 120
Bairro: Boa Esperança
Cidade: Cuiabá/MT
CEP: 78.068-536
Email: crpmt@crpmt.org.br
Telefone: (65) 3627-7188
Site: www.crpmt.org.br/

CRP 19

Endereço: Rua Osvanda Oli-
veira Vieira, 128
Bairro: Pereira Lobo
Cidade: Aracaju/SE
CEP: 49.050-550
Email: crp19@crp19.org.br
Telefone: (79) 3214-2988 /
3213-0984
Site: www.crp19.org.br/

CRP 20

Endereço: Rua Professor Cas-
telo Branco (Antiga Rua 'B'),
quadra 05, casa 01 - Cj. Jardim
Yolanda
Bairro: Parque 10 de Novem-
bro
Cidade: Manaus /AM
CEP: 69.055-090
Email: crp20.am@gmail.com
Telefone: (92) 3584-4320
Site: www.crp20.org.br

CRP 21

Endereço: Rua Vereador Luis
Vasconcelos, 986
Bairro: São Cristóvão
Cidade: Teresina/PI
CEP: 64.052-250
Email: ouvidoria@crp21.org.br
Telefone: (86) 3221.7539
/3226.2614
Site: www.crp21.org.br/

CRP 22

Endereço: Rua 17, Quadra 22,
Casa 09 - Vinhais
Bairro: Vinhais
Cidade: São Luís/MA
CEP: 65.071-150
Email: <http://www.crpma.org.br/>
Telefone: (98) 3227-0556 /
3268-9353
Site: <http://www.crpma.org.br/>

CRP 23

Endereço: QUADRA 104
NORTE, RUA NE 07, n° 42,
SALA COMERCIAL N° 11
Bairro: PLANO DIRETOR
NORTE
Cidade: Palmas/TO
CEP: 77.006-026
Email: coordenacaogeral@crp23.org.br
Telefone: (63) 3215-7622 /
3215-1663
Site: www.crp23.org.br/

